

Dúvidas e acertos sobre uma figura do tempo da Monarquia Dual Filipina quase desconhecida em Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668)

Doubts and clarification about a figure from the time of the Philippine Dual Monarchy almost unknown in Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668)

Manuel Cadafaz de Matos¹

RESUMO

Nascido na cidade Braga (ou nessa região), nos começos do século XVII, Constantino de Vasconcelos – que se veio a notabilizar, ao tempo da Coroa dual Filipina em territórios que hoje constituem o Perú, a Bolívia e o Chile, tanto na área de exploração mineira como na qualidade de arquiteto – continua a ser, apesar de tudo, uma figura praticamente desconhecida em Portugal.

¹ APH (Lisboa) RAH (Madrid); <https://orcid.org/0000-0002-3598-7509>; manuelcadafazdematos@cehle.com

A prova disso é que nenhuma das três relativamente recentes biografias de Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal concede qualquer menção sobre os seus feitos artísticos, científicos e militares na América latina (isso apesar dos estudos já desenvolvidos na universidade norte-americana de Yale e na Academia Real da História de Espanha). O presente estudo refere-se apenas à primeira fase da sua atividade ibérica e a alguns dos seus contemporâneos, tanto em Portugal como em Espanha, entre começos daquele século e o ano de 1629, o da sua partida para o então Vice-Reino filipino.

PALAVRAS-CHAVE

Antroponímia portuguesa, Espanha, séc. 17; Leitão, Constantino, ca 1600-1668; Leitão, Constantino Vasconcelos, ca 1600-1668, nome suposto; Silveira, Miguel de, ca 1580-ca 1640; Vasconcelos, Constantino de, ca 1600-1668; Vasconcelos, Constantino Leitão de, ca 1600-1668, nome suposto; Vera y Figueroa, Juan Antonio de, 1588-1658

ABSTRACT

Born in the city of Braga (or in that region), at the beginning of the 17th century, Constantino de Vasconcelos – who came to be famous, at the time of the dual Philippine Crown, in territories that today constitute Peru, Bolivia and Chile, both in the area of mining exploration and as an architect – remains, despite everything, a virtually unknown figure in Portugal. The proof is that none of the three relatively recent biographies of Filipe I, Filipe II and Filipe III, mention his artistic, scientific and military achievements in Latin America (despite the studies already carried out at the North American Yale University and at the Royal Academy of Spanish History). This study focuses only on the first phase of his Iberian activity and on some of his contemporaries, both in Portugal as in Spain, between the beginning of the 17th century and the year 1629, the year of his departure for the Philippine Viceroyalty.

KEYWORDS

Leitão, Constantino, ca 1600-1668; Leitão, Constantino Vasconcelos, ca 1600-1668, presumed name; Portuguese Anthroponymy, Spain, 17th century; Silveira, Miguel de, ca 1580-ca 1640; Vasconcelos, Constantino de, ca 1600-1668; Vasconcelos, Constantino Leitão de, ca 1600-1668, presumed name; Vera y Figueroa, Juan Antonio de, 1588-1658

Preâmbulo: dos nomes e da *desterritorialização*

Os nomes constituem um vínculo de identidade para os indivíduos, é um facto. Só que, ao longo das errâncias pelo mundo deste ou daquele indivíduo, os nomes também podem ser um espaço de *errância*, de criação, de transformação e de perda. No caso do seiscentista bracarense Constantino [Leytão] de Vasconcelos, a transformação dos seus *nomes* também andou associada à sua experiência de vida, à sua alteração de personalidade, à sua identidade, como uma das figuras artísticas maiores da História de Arte do Perú colonial².

Podem, por outro lado, os valores próprios de nação, de pátria, serem prejudicados, *abandonados* – e, daí, perdidos – como uma consequência dessa mesma errância pelo mundo, em particular em direção à América do Sul e ao Perú? É possível que ao efeito real e físico de *desterritorialização* – sustentado pelo autor de *Mille Plateaux* (1980) – de um dado indivíduo, possa acrescer a vontade da perda de apego ao próprio país?

Quando, em junho de 1988, em Paris, colocámos esta e outras questões a Gilles Deleuze, já tínhamos adiantado o esboço geral do trabalho que aqui apresentamos. Assim, sete anos depois, quando redigimos a pequena secção sobre o Perú na nossa dissertação de Doutoramento para a Universidade Nova de Lisboa (1997), já tínhamos nitidamente estruturadas as linhas mestres deste trabalho³.

2 Isso apesar de, no presente trabalho, reconhecidamente, se tratar apenas da ação deste bracarense, ao serviço de Espanha, até 1629 (ou seja, até ao período do seu embarque para a cidade de Lima). Não deixa de ser notório acentuar-se que em qualquer das biografias votadas por universitários portugueses ao rei Filipe IV de Espanha e III de Portugal, a figura do bracarense D. Constantino [Leitão] de Vasconcelos é praticamente desconhecida.

3 Guiados de início por algumas considerações inovadoras de Diego Angulo Iniguez e de Humberto Rodriguez-Camilloni, ao longo dos últimos anos apenas procurámos introduzir, nele, algumas linhas de atualização. Neste sentido, as achegas trazidas em Espanha por Colegas como Carmen Delgado Moral e Maria Dolores Crespo Rodríguez vieram indiscutivelmente enriquecer as nossas perspetivas sobre este português seiscentista.

Nele, tanto se *corporiza* como *volatiliza*, afinal, a ideia de desterritorialização. Dando-se ênfase, por um lado, à perda da identidade da pátria neste *bracarense* Constantino [Leytão] de Vasconcelos, por outro procura-se erguer o percurso invulgar que, durante séculos, andou afastado (ou foi desconhecido) da historiografia oficial e dos historiadores do período seiscentista português.

Essa perda de identidade, vivida mais em particular entre cerca de 1645 e 1668 por esse autor e artista na América do Sul, acarretou nele, contudo, efeitos de incidência social e política. Não se tratou, apenas, do fator da *perda* da sua *portugalidade*. A sua *desterritorialização* trouxe-lhe, antes do mais, a escolha consciente por um *castelhanismo* assumido (naquelas paragens sul-americanas onde veio a falecer).

A *desterritorialidade* deleuziana, no universo da História, pode assim também ser perspetivada, como aqui veremos, como a criação optativa dos mais inusitados caminhos.

O estudo da presença de portugueses na gesta missionária e artística – para além do Brasil – em nações como o Perú, a Bolívia ou o Chile ainda não encontrou muitos seguidores em terras de cultura lusíada.

O caso da figura intelectual de um bracarense praticamente desconhecido

Efetivamente, o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos é uma das figuras que ainda não se encontra hoje cabalmente estudada. Atribui-se, por uma tradição documental ainda não consolidada, que nasceu, na cidade de Braga (ou possivelmente nessa região), nos começos do século XVII⁴.

Na primeira parte da indagação a que aqui procedemos – apenas quanto aos três primeiros decénios da vida deste português – iremos

4 É o que sucede com a bem documentada investigadora espanhola, Maria Dolores Crespo Rodríguez, na sùmula biográfica sobre “D. Constantino de Vasconcelos”, editada no Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia. Esta autora apresenta como ano de nascimento deste bracarense “p. s. XVII”.

debruçar-nos sobre as possibilidades de ele se ter cruzado na Corte castelhana com um outro intelectual do centro-norte de Portugal, seu contemporâneo – embora presumivelmente cerca de vinte anos mais velho do que ele – o médico e cosmógrafo celoricense, Miguel da Silveira.

Abordaremos assim, numa outra secção do presente trabalho, algumas das atividades deste intelectual minhoto, ainda como estudante universitário, até cerca do período de 1620-1622, fosse em Lisboa, fosse em Salamanca.

Procuraremos levantar ainda alguns cenários quanto à possibilidade de este Constantino [Leytão] de Vasconcelos, no seu percurso intelectual em Madrid, já vocacionado para a Arquitetura, se poder ter *inserido* numa constelação relacional com Miguel da Silveira e, ainda, ter privado com os clãs castelhanos dos Vera e dos Zúñiga⁵.

O nome como uma entidade social

Um problema com que deparámos desde a primeira hora nas nossas pesquisas seiscentistas em torno deste *português das Américas* foi o dos nomes. Que razões poderiam tê-lo levado – algum tempo depois de se ter fixado no Perú cerca de 1629 (e a esta matéria voltaremos, em um outro estudo, mais desenvolvidamente) – a mudar de nome na América do Sul, depois de ter usado em Portugal o apelido de Leitão?

Por que motivos inconfessados teria ele optado pelo nome de Vasconcelos? Quais as suas intenções quando recorreu (apagando de certo modo o *passado*?) – sobretudo já no seu período de desenhador-projetista-arquiteto no Perú – a um não totalmente claro *apagamento* do seu primeiro apelido, *Leitão*, fazendo *nascer* (ou apenas *renascer*?) o de Vasconcelos?

5 Este tema foi também já abordado, mesmo que de uma forma sumária, por Carmen Delgado Moral, na sua dissertação de doutoramento *El Panegirico por la Poesía en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidade de Córdoba, 2013.

Efetivamente quanto à *flutuação* no uso de nomes de família, trata-se de um fenómeno que se verifica de forma constante desde, pelo menos, os começos da História Moderna até pleno século XIX. Os nomes são usados em função de critérios variados: heranças que o utente recebe (entre as quais, primordialmente, a de património vinculado que normalmente obriga ao uso de *nome* e *armas*); alterações na sequência geracional (por exemplo, quando morre o primogénito que usava o sobrenome paterno, o secundogénito imediato assume este sobrenome em detrimento ou em acumulação com o sobrenome materno, que até então eventualmente usara); ou mudanças de enquadramento social ou geográfico, sobretudo quando um determinado sobrenome (ou conjunto de sobrenomes) passa a ter maior relevância no novo contexto em que o indivíduo se move⁶.

Não será de admirar, portanto, que um indivíduo use nomes variados ao longo da vida, e até mesmo, por vezes, nomes variados em simultâneo, conforme as circunstâncias. A ideia de um nome fixo e imutável, marcado por uma organização também ela comum a todos os membros da sociedade, é um fenómeno contemporâneo, que seria incompreensível – conforme se comprova em alguns trabalhos de Nuno Gonçalves Monteiro e de Carlos Bobone – na sociedade do Antigo Regime.

Há que referir, portanto, e seguindo ainda as opiniões de Miguel Metelo de Seixas, que a onomástica portuguesa é fortemente marcada pela homonímia, talvez a um nível que não conhece paralelo no resto da Europa. Dito de outro modo, há na sociedade portuguesa um número reduzido de nomes de família, o que significa que existem muitas famílias a usar o mesmo apelido sem terem qualquer relação de parentesco umas com as outras⁷.

6 Agradecemos alguns esclarecimentos, neste âmbito, ao heraldista (nosso Confrade na Academia Portuguesa da História), Miguel Metelo de Seixas.

7 Tal escassez de nomes de família conduz, assim, a duas consequências interessantes. Por um lado, está na base (juntamente com outros fatores) do hábito de acumular apelidos, de maneira a que as famílias logrem distinguir-se efetivamente umas das outras; por outro lado, está igualmente na base (também entre outros fatores) da

Deste modo nada custa admitir que Constantino Leitão e Constantino de Vasconcelos fossem uma única pessoa. Só que, neste contexto – e como também precisa Miguel Metelo de Seixas – impõe-se serem conhecidas as razões que poderão ter motivado o referido cidadão bracarense Constantino a abandonar um apelido em benefício do outro. Importará assim explorar pistas como uma alteração de estatuto, herança, impacto do novo sobrenome num ambiente social diferente⁸, numa teia de factos desconhecidos e verdadeiramente complexos⁹.

Uma outra questão que anda associada a esta, é qual o modelo e o lugar específico, naquela época na Europa, da própria formação universitária deste bracarense. Encontrando-se já demonstrado que, sobretudo a partir de 1645 (e da sua viagem desde Lima, no Perú, até à cidade de Valdivia, no centro-sul do Chile), lhe era reconhecida uma formação como arquiteto (no universo da história artística), não se encontrando ainda demonstrado que ele frequentou nem o Colégio de Santo Antão em Lisboa, nem a Universidade de Salamanca.

Das origens *bracarenses* de um homem de Cultura

Subsistem, de facto, escassos elementos¹⁰ sobre o nascimento de Constantino [Leytão] de *Vasconcelos* em Braga (ou, eventualmente,

abundância da literatura genealógica, muito rica em Portugal desde os tempos medievais, e que atinge o seu apogeu (conforme se sugere, entre outros trabalhos, nos de João de Figueirôa-Rêgo) na época moderna.

- 8 Apenas uma pesquisa genealógica aturada, com efeito, poderá permitir perceber se, na ascendência de Constantino, se encontrariam ascendentes com os dois apelidos (ou um padrinho que usasse um dos dois apelidos).
- 9 Esta conjugação de fatores é tanto mais complexa que o medievista Bernardo Vasconcelos e Sousa, em uma tentativa de esclarecimento (pedido este que lhe dirigimos) a esta questão, admite inclusivamente: “a indicação de que [o referido Constantino] seria originariamente *Leitão* e que terá mudado o nome para *Vasconcelos* pode ser elucidativa de que não seria membro” dessa mesma família”.
- 10 Sanchez Cantón tinha procurado, *em vão* (destacados nossos), o nome de Constantino de *Vasconcelos*, como arquiteto, quer no *Kunst Lexicon*, de Thienne, quer no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, de Sousa Viterbo, Lisboa, 1899. Efetivamente, quando da primeira formação europeia daquele português teria existido, apenas, um Constantino Leytão e não um Constantino Vasconcelos (este último presumivelmente, a nosso

nessa região), em ano incerto, presumivelmente nos primeiros anos do século XVII. Foi precisamente o historiador Angulo Iñiguez – informação corroborada pela Real Academia de la Historia, em Madrid – quem, em meados dos (últimos) anos 50, veio a apurar as suas origens *bracarenses*. Segundo este, Constantino [Leitão] de Vasconcelos

*era natural de Braga e originário de uma família fidalga. Foi cavaleiro da Ordem Militar de Santiago, não se sabendo se do capítulo espanhol (o mais seguro certamente), se do português.*¹¹

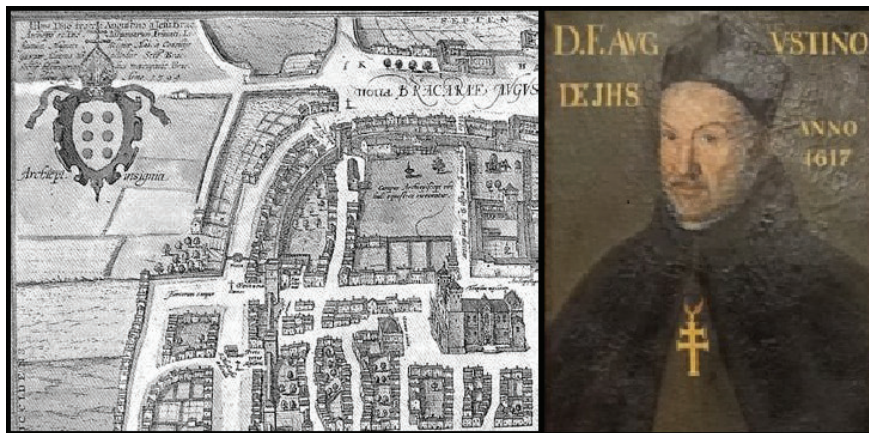
Por esse tempo – aliás desde o período tardo-medieval¹² – a cidade de Braga integrava as freguesias de Cividade; Maximinos; S. João

ver, só apareceria ligado às artes do desenho e do projeto artístico a partir de 1645 na América do Sul).

- 11 Angulo Iñiguez, Diego - *Historia del arte Hispanoamericano*. Barcelona : Salvat Editores, 1950. vol. 2. Esta origem bracarense de D. Constantino [Leytão] de Vasconcelos é corroborada, afinal, por Maria Dolores Crespo Rodríguez, no *Diccionario* referente a entidades históricas castelhanas, disponível na página oficial da Real Academia de la Historia, em Madrid. Esta investigadora referiu, aí, que este cidadão (à altura na Monarquia dual filipina) “en Peru, cambió su apellido – originalmente Leyton – tomando el que es habitualmente conocido [de Vaconcelos]”. Assim, se tomássemos, num plano genealógico, o “particular” pelo “todo” – e nos detivéssemos apenas, e neste caso, na família seiscentista portuguesa “Leitão”, haveria a possibilidade de chegarmos a outros tipos de argumentação. Poderíamos – e trata-se de meros exemplos – tomar o caso da família minhota Leitão de Mesquita, senhores da Casa do Covelo, em Rossas, Vieira do Minho. Deste modo, seguindo-se a argumentação genealógica facultada hoje por Bruno Cerqueira, para o período que vamos tratar, deteta-se a existência de um tal [1]. Cristóvão Leitão, casado cerca de 1615 com Maria Leite. Deste casal nasceram [1.1] António Leitão de Mesquita casado com Maria de Sampaio (que segue); [1.2] Amaro Leitão + 1635; [1.3] Francisco Leitão + 1635; [1.4] Paula Leite* 3.7.1620; [1.5] Catarina Ferreira casada com Tome Dias de (...) em 1635; [1.6] João Leitão* 1632; e [1.7] Maria Leite. Acontece ainda – e não nos detendo em outras linhas mais para além da descendência dos antes citados – que do casal [1.1] António Leitão de Mesquita, Senhor da Casa do Covelo em Rossas, casado com Maria de Sampaio, o mesmo investigador de Genealogia (que aqui seguimos) identificou, como seus descendentes, dois filhos (ambos capitães) e uma filha, que estiveram ligados a vilas nortenhas como Ponte da Barca, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso. Por outro lado, o historiador José Marques (Academia Portuguesa da História, ver nota seguinte), que estudou pergaminhos bracarenses de um período anterior ao aqui tratado numa Confraria de uma das freguesias da cidade de Braga, também não trouxe dados que consideremos relevantes para o estudo da família Leitão na aludida urbe.

- 12 Cfr. José Marques - *A Arquidiocese de Braga no século XV*, vols. I e II (dissertação de Doutoramento), Porto, 1981; idem, *Braga medieval*, Braga, 1983.

do Souto¹³; S. Lázaro; S. Vítor; e Sé. Ainda subsistem, apesar de tudo, alguns assentos de nascimento desse primeiro período em que tal prática de registo dos cidadãos da urbe, à semelhança das outras do reino, passou a ser usual.



À esquerda, *Carta Nova Bracarae*, [c. 1598], encomendada pelo Arcebispo Primaz de Braga, à direita.

Não teriam distado muitos anos, estamos em crer, entre a ordem ou encomenda na Alemanha desta planta cartográfica de Braga e o nascimento, na mesma cidade, em meios aristocráticos, de Constantino [Leytão] de Vasconcelos.

13 Agradecemos ao nosso saudoso Confrade da Academia Portuguesa da História, Doutor José Marques (1937-2021) – com quem nos correspondemos largos anos – o ter disponibilizado para as nossas pesquisas, para além daquele trabalho, uma cópia de *Os Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)*. Braga, 1982. Nas mais de sete dezenas de documentos quatrocentistas referentes a indivíduos que estiveram então associados a esta Confraria bracarense, não encontramos quaisquer registos de eventuais ascendentes deste Constantino de Vasconcelos (associados ou não à Ordem Militar de Santiago).

Dados para uma hipótese: algumas dúvidas e acertos em torno do clã dos Leitão (o apelido natural e de origem de Constantino) e do dos Vasconcelos da região do Minho

A investigadora castelhana Maria Dolores Crespo Rodríguez foi bem clara quando escreveu, acerca da mudança do nome deste português, pouco depois de 1629, ou seja, já após ele ter chegado ao Perú:

*En Perú [Costantino] cambió su apellido – originalmente Leyton - tomando el que es habitualmente conocido.*¹⁴

Assim, face a tão pertinente como objetiva afirmação, cremos que será legítimo formularmos, aqui, três hipóteses interpretativas acerca dos nomes que acompanha(ra)m os de Constantino, nascido em Braga, Portugal, quanto ao seu nome de registo inicial em terras portuguesas:

- A) ou o seu nome era Constantino Leitão (e não mais do que isso) e então, o apelido Vasconcelos constituiu apenas, para ele, um apelido de recurso e ficcional (procurando ocultar ou esconder ou dissimular o apelido de origem que até então mantivera);
- B) ou o seu nome era Constantino Leitão de Vasconcelos (optando ele, apenas mais tarde, por se autoneamar pelo segundo nome de apelido);
- C) ou o seu nome era Constantino Vasconcelos Leitão (passando a autoneamar-se no Perú pelo primeiro dos nomes do seu apelido).

Em termos de simplificação de dados, utiliza-se aqui a expressão nominal – que pretende unificar todas essas tendências – Constantino [Leitão] de Vasconcelos.

¹⁴ Crespo Rodríguez, Maria Dolores - Constantino de Vasconcelos. In *Dicionário Biográfico (online)*. Madrid : Real Academia de la Historia, ant. cit.

A aludida referência de Maria Dolores Crespo Rodríguez obriga, assim, a um confronto necessário, aqui empobrecido pelo facto de não se tratar de uma área do nosso trabalho habitual de historiador, entre o clã dos *Leitão* – o apelido natural e de origem de Constantino – e o dos *Vasconcelos*, ambos da região minhota (com extensões para outras regiões do país).

Breves notas sobre o clã dos Leitão (o apelido natural e originário de Constantino)

Num plano teórico mais abrangente, a família Leitão, poderá ter sido fundada no século XV por Martim Pires Leitão de Lodares, que teria sido também detentor do morgado de Cidoros, junto de Abiul, bem como do padroado da igreja de Santa Marinha, Barcelos.

É sabido, por outro lado, que tendo havido no Alentejo escudeiros e cavaleiros nobres aparentados com as famílias Silveira e Pestana, essa a razão por que as armas da família Leitão são de certo modo iguais às da família Silveira: de prata, três faixas de vermelho, diferindo apenas no timbre¹⁵. Esse timbre fora, como a maioria dos demais, criado no século XVI. Por essas razões não se verificavam, no início, realmente diferenças algumas entre as armas de uns e de outros.

No caso da genealogia de Cristóvão Leitão, bem conhecido cavaleiro do período quinhentista, tratava-se já da família Leitão com origens na região minhota de Barcelos, no Minho¹⁶.

José Leitão de Almeida a quem se passou brasão de armas dos Leitões a 18 de março de 1629¹⁷ (e dele consta, ainda, ser de Ribeira

15 O timbre do dos Leitão ostenta um leitão passante de prata, carregado de uma faixa de vermelho.

16 Quanto à família dos Leitão, de Guimarães, nas *Memórias* do corregedor desta cidade, Dr. Francisco Craesbeek, é apresentada esta curiosa menção em 1726: *abaixo da dita capela está outra de S. Pedro, que fez Fernão Leitão, abade da igreja de Salvador, fls. 2 e foi feita em Vila do Conde aos 29 de Agosto 1550, a dita capela no ano de 1520 e se acabou aos 22 de janeiro de 1521.*

17 Quando se regista, no texto, que “Desta capela foi administrador José Leitão de Almeida a quem se passou brasão de armas dos Leitões a 18 de Março de 1629” impõe-se precisar, de igual modo, que esse ano de 1629 foi aquele em que Con-

de Pena, filho de Camila Leitoa e de João Fernandes, neto de Cristóvão Leitão e bisneto de Damião Leitão, fidalgo da Casa Real) foi administrador de uma capela em Vila do Conde.

Alguns outros aspetos presumivelmente mais verosímeis pela sua factualidade poderão ser as possibilidades de uma proximidade deste Constantino *Leitão* a três (A-B-C) outras famílias dos Leitões seiscentistas do Reino.

A) Os Leitões (seiscentistas) de Braga

Um primeiro filão documental, referindo-se diretamente a Braga (como propuseram Iñiguez e, posteriormente, M. Dolores C. Rodriguez) poderá filiar-se, no essencial, no clã de Mattheo ou Mattheus Homem *Leitão*.

Este teve a particularidade de nascer na cidade de Braga, em data desconhecida (sendo o único dos aqui referidos com essa proveniência). Foi Doutor em Cânones e Lente de Prima na Universidade de Coimbra¹⁸. Veio ainda a ser deputado do Santo Ofício, inquisidor operando ainda no Desembargo do Paço.

O pai de Mattheus foi Gregório Rodrigues, cavaleiro no Paço dos Duques de Bragança e sua mãe Maria Leitão. Desde muito cedo, frequentou as aulas no colégio de S. Pedro e, anos depois, foi Desembargador da Relação Eclesiástica de Braga, de onde transitou para Coimbra, como promotor da Inquisição. Tudo isto se passou até ao ano de 1616¹⁹.

Efetivamente, em 17 de março desse ano, Mattheus Homem Leitão veio a tomar posse do lugar de inquisidor em Évora²⁰. Só que foi en-

stantino Leitão (futuro C. de Vasconcelos) – partiu do sul de Espanha para a região sul-americana do Perú.

18 Esteves Pereira / Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dicionário Histórico*. Lisboa: edições J. Romano Torres, 1909. vol. IV, p. 129.

19 Esses acontecimentos, segundo somos levados a crer, terão ocorrido, a nosso ver, no tempo da preparação escolar de Constantino [Leitão] de Vasconcelos, antes de partir para Espanha.

20 Coelho, António Borges - *Inquisição de Évora: 1533-1668*. 3ª ed. Lisboa: Caminho, 2018.

tão necessário que ele voltasse a Coimbra, onde cerca de dois anos e meio depois, mais precisamente em 2 de novembro de 1619, veio a tomar posse como inquisidor²¹. São conhecidas ainda duas obras latinas de sua autoria.

B) Um membro do clã Leitão, associado também à Universidade de Coimbra

Um segundo membro da família Leitão (de um outro clã seguramente) foi Francisco Leitão²². Este, sendo natural da região de Manteigas, na serra da Estrela – e tendo ficado (tal como o anterior) também associado à Universidade de Coimbra – foi Doutor em Direito Civil por essa instituição.

No ano de 1618 – ao tempo em que Constantino [Leitão] de Vasconcelos já vivia em Madrid – ele protagonizou uma contenda intelectual e, sobretudo, ideológica com o Dr. Francisco Velasco de Gouveia. Resultou desse desaguisado a publicação, nesse ano, de um trabalho sob o título *Allegações que fez para informação da sua justiça na causa em que o accusou o Dr. Francisco Velasco de Gouveia*.

C) Um frade agostiniano de um outro clã (seiscentista) dos Leitão

Um terceiro e último caso que apurámos dos diversos clãs seiscentistas dos Leitão foi o frade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho²³, Fulgêncio Leitão. Este tinha nascido em Lisboa entre 1586 e 1588 (portanto num período não muito distante do nascimento do viajante português ao serviço de Espanha que aqui nos congrega).

21 Elvira Azevedo Mea veio a abordar, muito em particular quanto à Inquisição de Coimbra, apenas o período quinhentista in *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997.

22 Esteves Pereira, Guilherme Henriques, *op. cit.*, IV, p. 126.

23 Esteves Pereira, Guilherme Henriques, *op. cit.*, IV, loc. cit.

Com pouco mais de três dezenas e meia de anos de idade, este religioso já era, por volta de 1626, Reitor do Convento da Graça, em Lisboa. Deveria ter sido, portanto, homem de uma significativa aceitação na sua Ordem, para além de dotado de inquestionável Cultura.

Como religioso, veio a dedicar uma parte da sua vida ao ensino. Em 1630, era Mestre de noviços. Veio a ser, anos depois, Mestre de Teologia e de Jurisprudência Canónica e Civil. No ano de 1658, veio a falecer na cidade de Paris.

Terão existido, em suma, alguns traços de parentesco entre o autor aqui estudado e os três casos de membros de clãs Leitão aqui identificados. Na realidade, à presente data das nossas pesquisas, não reunimos condições suficientes para o podermos afirmar.

Notas sobre algumas das origens do nome do clã dos Vasconcelos (pelo qual Constantino no Perú terá vindo a optar c. de 1645)

Temos presente, neste outro aspeto, o facto de que um presumível ramo da família dos *Vasconcelos*²⁴ poderia também, numa hipótese mais simplista, entroncar num ramo dessa família associado à região de Amares²⁵. Tal ocorreu, pelo menos aparentemente, quando este

24 Há ainda quem aponte que este nome dos Vasconcelos pode derivar de um lugar no distrito de Braga. Saliente-se que os Vasconcelos constituem uma das linhagens das mais ilustres de Portugal, que descende dos reis de Leão por D. Fruela, que deteve os reinos de Leão e das Astúrias e que foi casado com D. Nunila Ximenes, sua prima, filha de D. Sancho Garcês, rei de Navarra, e de sua mulher D. Toda de Aragão. Destes nasceu o Infante D. Ordonho, o Cego, assim chamado por “seu primo o Rei D. Ramiro II lhe haver mandado tirar os olhos, a fim de lhe suceder no reino, o qual casou com a infanta D. Cristina, filha do Rei de Leão D. Bermudo II”.

25 Poder-se-ia recuar – seguindo este filão documental dos Vasconcelos da região de Amares – até D Pedro Martins da Torre, que deteve o senhorio da casa de seus pais e a torre de Vasconcelos e casou com D. Teresa Soares da Silva, ou D. Maria (filha de D. Soeiro Peres Escacha e de sua mulher, D. Froilhe Viegas), de quem nasceu D. João Pires Tenreiro, senhor da casa paterna e, parece, o primeiro que se apelidou de Vasconcelos por ser senhor da Torre do mesmo nome, na fregue-

arquiteto português de nome Constantino (teria ele sido mesmo um nobre?), tinha chegado havia pouco ao Perú – fazendo fé no exposto por Maria Dolores Crespo Rodríguez.

Foi efetivamente já sob o apelido de Vasconcelos (associando-se também nesse período, pelo menos durante uma década e meia, ao serviço da exploração mineira) – que ele veio a desfrutar, na posteridade, de uma particular nomeada nos movimentos artísticos peruanos da época, matéria esta, porém, que já se situa fora do âmbito cronológico do presente estudo. Nessas terras peruanas, ele veio, com efeito, a deixar para trás uma boa parte das suas atividades anteriores (ou alguns acontecimentos que desconhecemos o haviam obrigado a abandonar?)²⁶.

Não pode ser descurada, ainda, uma eventual ligação deste Constantino àqueles *Vasconcelos* de onde proviera Antónia de Melo e Vasconcelos e Brito²⁷ (Senhora do Morgado de Serzedelo, de Alvarenga e do Morgado da Fonte Boa, filha herdeira de Miguel da Franca Moniz), que havia contraído matrimónio com o Dr. Pedro Barbosa de Luna²⁸, natural da Galiza. Essa família

sia de Santa Maria de Ferreiros, em terras de Entre Homem e Cávado. Tratou-se de um dos maiores fidalgos do seu tempo, participou na conquista de Sevilha e contraiu matrimónio com uma sua prima terceira, D. Maria Soares, filha de Soeiro Viegas Coelho e de sua mulher, D. Mor Mendes, por cujo casamento teve o morgado de Penagate. Veja-se, a este respeito, António Machado de Faria, in *Famílias Nobres – suas origens e suas armas*, Lisboa, 1961.

26 Ainda por cima conhece-se muito especificamente – como veremos mais adiante neste estudo – o período em que o projetista e arquiteto despontam, fazendo esquecer o homem da exploração mineira, dado lugar, em Valdívia no sul do Chile, na companhia de D. Antonio de Toledo, filho do Vice-Rei do Perú o Marquês de Mancera, ao desenhador (ou projetista) de instalações portuárias. Esta questão prende-se, ainda, com a incontornável problemática se por detrás de Constantino de Vasconcelos se *escondia* um autodidata.

27 Seguimos, aqui, Carlos Gomes, que analisou diversos testemunhos sobre Miguel de Vasconcelos (descendente da família que vamos aqui analisar sumariamente).

28 Este Pedro Barbosa de Luna – que casara com D. Antónia de Melo e Vasconcelos – havia recebido insígnias doutorais em Coimbra. Veio, posteriormente, a ser admitido no Colégio Real de S. Paulo, sendo elevado mais tarde às funções de Desembargador do Porto e da Casa da Suplicação e Corregedor da Corte. Veja-se, ainda, Barbosa Machado, “Pedro Barbosa de Luna”, in *BL*, III, Lisboa, 1752, p. 563;

havia tido a sua residência no período seiscentista na cidade minhota de Viana do Castelo, na *Casa dos Medalhões* ou *Casa dos Lunas*²⁹ e talvez até pudesse ter aí nascido o seu filho Miguel de Vasconcelos³⁰.

Importa estabelecer ainda a este respeito que, fosse qual fosse o clã de onde esse Constantino [Leitão] de Vasconcelos proveio, também nada possibilita estabelecer, com segurança, uma relação direta com esta família, quer num plano ascendente quer mesmo num colateral. Até mais elementos serem carreados a este respeito, nada autoriza, tão pouco, a sua ligação ao clã nortenho de Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos (1595-1662), Marquês de Montebelo³¹. Recorde-se que este foi 1.º Conde de Amares em 1642 e VI Senhor de Entre Homem e Cávado³².

e idem, “Miguel de Vasconcelos [o justificado no 1.º de dezembro de 1640 com a defenestração], in *BL*, III, ibidem, p. 487.

29 Cfr. Maria Emília de Vasconcelos e Maria Augusta d’Alpoim, *Casas de Viana Antiga*, onde se regista, a dado passo (seguindo-se aqui uma transcrição do aludido investigador, Carlos Gomes): “A «Casa dos Medalhões» ou «Casa dos Lunas» é um bonito exemplar da arquitetura renascentista vianense. [...] na pedra da sua frontaria, está gravada a seguinte legenda, encurtada por numerosas abreviaturas: «esta caza mandou fazer Jacome Roiz cavaleiro fidalgo da caza del Rei Nosso Senhor e Comendador de Brito na Ordem de Cristo e sua mulher Maria Barbosa bisneta de Fernão Gonçalves Barbosa e bisneta de Martim da Rocha, Fidalgo do Snr. Infante Dom Pedro”. Aí adianta-se, ainda, que “na face [dessa casa senhoria] virada à Rua do Poço achavam-se armas dos Lunas, Rochas e Barbosas”.

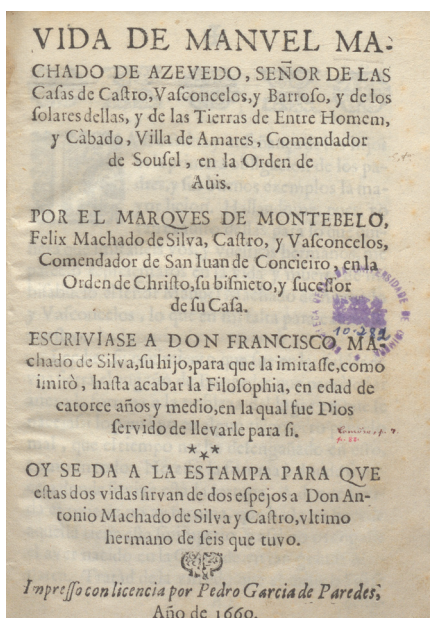
30 Este nobre (nascido em 1590 segundo uns, ou em 1610 segundo outros autores) fora Senhor do Morgado de Fonte Boa, do Conselho de Alvarenga e do Couto de Sarzedelo. Viria depois – para além de autor de *Rimas várias* e de autor de um *Nobiliário de Famílias Portuguesas* – a ser nomeado Secretario de Estado da Princesa de Mântua, no tempo em que governou Portugal em representação do rei Filipe III e IV de Espanha. - Veja-se, ainda, António de Oliveira, *Filipe III*, Lisboa, Temas & Debates, Série “Reis de Portugal”.

31 Impõe-se precisar, neste contexto, que Marquês de Montebelo foi um título nobiliárquico milanês, referente a Montebelo della Battaglia, criado em 1630 pelo rei Filipe IV de Espanha, incluindo a favor da Nobreza fixada também em Portugal. Tal distinção nobiliárquica, concedida naturalmente ainda em vida do primeiro titular, veio a ser renovada no seu primogénito, que o vendeu, bem como o título de Amares, em virtude de algumas anomalias detetadas.

32 Só que tal documentação específica carreada a este projeto evidencia que é por demais *tardia* para surtir neste caso qualquer efeito de prova.



Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 1.º Marquês de Montebelo. Wikimedia Commons.



Manuel Machado de Azevedo, Señor de las Casas de Castro, Vasconcelos y Barroso... Madrid : oficina de Pedro García de Paredes, 1660. BGUC.

Só que subsistem, ainda, alguns outros aspetos que requerem indagações futuras, como a possibilidade de identificação da ascendência desse Constantino, *bracarense*, como continuador dos Leitão e/ou dos Vasconcelos.

Uma questão a considerar de futuro, terá ainda a ver com o facto de que o mesmo Constantino [Leitão] Vasconcelos – tal como registou Diego Angulo Iñiguez – beneficiasse em terras portuguesas da Ordem de Santiago. Só que também não detetamos documentalmente, até ao momento, comprovação desse facto. A formulação de múltiplas dúvidas e acertos são, também, uma das razões plausíveis de um discurso histórico dinâmico (colmatando brechas de ausência de documentação), que se pretende exigente.

Poder-se-ia ainda levantar o cenário da existência (e inerente confirmação da sua factualidade) de documentação que pudesse confirmar que aquela família nobre minhota (em que ele poderia ter nascido) tivesse pretendido que ele, desde muito jovem, tivesse acesso a uma formação humanística e universitária ou em Coimbra³³, ou em Salamanca, dentro dos valores piedosos cristãos.

Só que – mesmo não se sabendo a partir de quando principiou a despontar em Constantino [Leitão] de Vasconcelos uma inclinação para o domínio da Arquitetura – essa prática científica coadunava-se mais à época (a nosso ver e como veremos adiante) com o Colégio de Santo Antão em Lisboa do que com qualquer instituição no seio da própria Universidade de Coimbra. Só que

33 Pedro de Luna (marido de D. Antónia de Mello e Vasconcelos) – porque não referi-lo, também? – havia estudado Jurisprudência Cesárea na Universidade de Coimbra, tendo recebido as insígnias doutorais e sido admitido, segundo Barbosa Machado (*BL*, III, 563) “a Colegial do Colégio Real de S. Paulo, a 23 e Novembro de 1584”. Deve sublinhar-se, por outro lado, que no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) pudemos detetar a vinculação, como discente em Cânones, na *Alma Mater*, de um tal *Constantino Vasconcelos*, homónimo à personalidade aqui estudada. Só que não se trata, reconhecidamente, da mesma pessoa, pois que tais estudos em Cânones decorreram em 1650 e, nesse período, já o cidadão bracarense objeto das nossas pesquisas se encontrava a residir no Vice-Reino do Perú haviam duas décadas. - Agradece-se chegarmos a esta informação por via da Técnica, Ana Maria Bandeira, do AUC.

também poderia ter sucedido – e em alternativa a Lisboa – ele ter sido aconselhado no sentido da sua formação artística na Universidade de Salamanca.

Um confronto inevitável, na formação do *bracarense*, com a permanência universitária em Salamanca do futuro médico e cosmógrafo Miguel da Silveira

Existem alguns pontos de contacto e proximidade ideológica na progressão da formação humanística e, sobretudo, quanto ao fenómeno de *desterritorialização* de Constantino de Vasconcelos, comparativamente com um outro humanista português de seiscentos, o já referido Miguel da Silveira. Esse facto torna inevitável o confronto da progressão dos caminhos trilhados pelos dois intelectuais, antes de se fixarem na Corte Filipina, na cidade de Madrid.

Miguel da Silveira tinha nascido na Beira Alta, na vila de Celorico cerca de 1576/80³⁴, sendo, portanto, cerca de duas dezenas de anos mais velho do que o bracarense. Sabe-se que, após frequentar o curso de Direito na Universidade de Coimbra, Silveira frequentou, *de facto*, a Universidade de Salamanca (facto este que se encontra documentalmente confirmado).

A vivência filosófica do espírito do arquiteto filiada num vetor da vivência do fator *Natureza*

Deste modo viria a impor-se-nos, neste passo, aprofundar o filão documental³⁵, as possibilidades mais seguras de onde Constantino

34 Barbosa Machado não apresenta qualquer dado quanto ao ano do nascimento do bracarense.

35 A exploração dessa temática foi por nós desenvolvida, gradualmente, em alguns arquivos universitários como o conimbricense, o salmantino e o sevilhano; bem como nos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo (no *corpus* documental referente ao Colégio de Santo Antão); e em Madrid, em particular em fundos da Real Academia de la Historia.

[Leitão] de Vasconcelos poderá ter desenvolvido os seus estudos universitários de Arquitetura, em particular a “arquitetura vitruviana”, como ele mesmo referiu.

Assim, essa inclinação do jovem bracarense para o universo da Arquitetura passou também – no nosso modesto entendimento – por uma vivência do próprio fator da Natureza e, até, em resultado das suas perceções desse sentido da Filosofia do natural. Não andaremos decerto muito longe da verdade se interpretarmos o binómio *natural / construído*, em Constantino de Vasconcelos, como o resultado de obras que terá então lido, como a de Sabuco³⁶. É provável, de igual modo, que a leitura da *Orbe Celeste*, por parte de Silveira – que singrara algum tempo antes pelo Curso de Cosmografia em Salamanca – tivesse passado, de igual modo, por uma oposição entre o discurso do *natural* e o discurso do *artificial*, aprofundado pela Ciência.

Nascidos ambos na burguesia rural portuguesa nortenha e do centro-norte, a Natureza envolvente tê-los-á fortemente influenciado na vida do espírito. De alguns dos seus eventuais traços comuns nos iremos ocupar um pouco mais adiante.

Subsiste, pois, a necessidade de um desenvolvimento do estudo deste tema. Há que tomar em conta, por outro lado, que nem toda a epistemologia heráldica deverá pressupor, por via da regra, uma passagem do *geral* para o *particular*. Diversos casos existem em que o investigador – como vaticinou, em todo o seu rigor o estruturalista francês Gérard Genette – deve pautar-se por preocupações metodológicas que vão, já em si, do *particular* para o *geral*:

analyser leurs activités [de l’homme] en présence c’est donc aller non du général au particulier, mais bien du particulier au général. Ce para-

36 Sobre esta matéria de perceção do *natural* em Constantino de Vasconcelos (a partir das possíveis leituras do filósofo castelhano Sabuco) nos deteremos um pouco mais adiante.

doxe est celui de toute poétique, sans doute aussi de toute activité de connaissance, toujours écartelée entre ses deux lieux communs incontournables, qu'i n'est d'objets que singuliers, et qu'il n'est de science que du général'.- Cher Collègue, le vrais sens est unifier des actions, au sens général... dans une même idéologie [de l'action].³⁷

Constantino [Leytão] de Vasconcelos, versus Miguel da Silveira (que estudou na Universidade de Salamanca), numa articulação com o elemento da *natureza do homem* nos espaços de proveniência rural portuguesa

Valerá a pena abordar ainda, neste contexto, a génese geocultural quer de Constantino [Leytão] de Vasconcelos, quer de Miguel da Silveira.

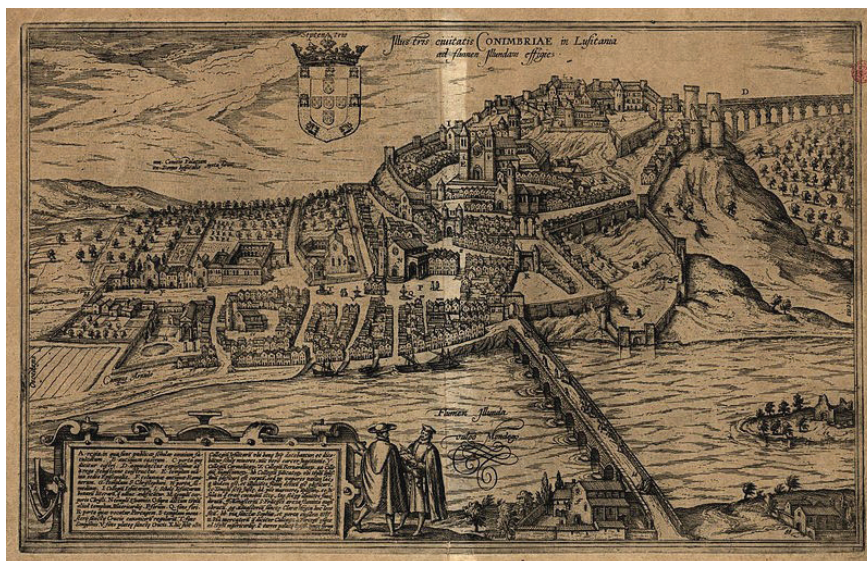
Sobre Constantino [Leytão] de Vasconcelos não dispomos de elementos muito rigorosos, como já referimos, nem quanto à sua formação mental e cultural na adolescência, nem quanto aos espaços onde decorreram os seus primeiros estudos.

Quanto ao celoricense Miguel da Silveira, ele passará a estudar Direito na Faculdade de Direito em Coimbra, em 1599.

O início desses seus estudos decorreu poucos meses depois de ter sido impressa, em 1598, uma gravura rara da cidade de Coimbra (original de que se conserva, hoje, um exemplar nas coleções do CEHLE³⁸; e um outro, sabemos-lo, nas coleções de originais da BGUC). Trata-se de *Illustris Civitatis Conimbriae in Lusitania*.

37 Transcrição de um excerto de Gérard Genette, da sua obra *Figures, III*. Paris : Éditions du Seuil, 1972, na carta que dirigimos a esse pensador e estruturalista, desde Barcelona para Paris, datada de 8 de setembro de 2009 (e que já saiu também editada, embora num outro contexto, em *Obras Completas de M.C.M.*, vol. VI. Lisboa : CEHLE, 2013, p. 287).

38 Esta gravura *conimbricense* original do CEHLE foi adquirida – bem como a gravura bracarense original quinhentista (atrás editada) – ao colecionador e antiquário Rainer Dahenhardt.



Gravura *Illustris Civitatis Conimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies*, produzida por Frans Hogenberg c. 1598, editada por Georg Bráunio (1541-1622) in *Civitates Orbis Terrarum*, vol. V (1598). BGUC

Essa chegada de Miguel da Silveira à Universidade de Coimbra teve lugar quando ali já era Reitor D. Afonso Furtado de Mendonça³⁹, entre 1597 e 1605, vindo este religioso (também associado ao Bispado da Guarda, como é sabido) a ser ainda distinguido algum tempo depois pelo Rei Filipe II⁴⁰.

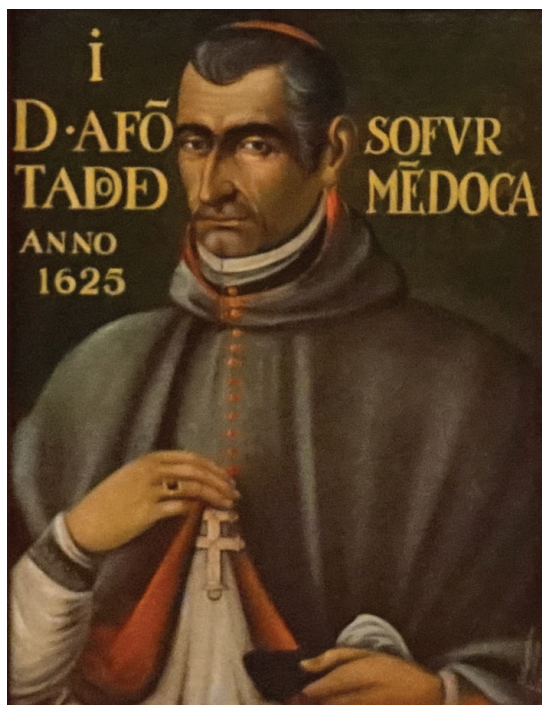
39 D. Afonso Furtado de Mendonça graduara-se como Doutor, na Faculdade de Cânones, daquela Universidade. Veio a integrar depois, em 10 de maio de 1592, o Colégio de São Pedro da mesma cidade, antes de ascender ao cago de Reitor em 1597, dois anos depois de Miguel da Silveira se matricular na *Alma Mater*.

40 No ano de 1605 (janeiro) o Rei Filipe II veio a distinguir D. Afonso Furtado de Mendonça, como Conselheiro de Estado no Conselho de Portugal.



Duas ilustrações, lado a lado 05-06 – Legenda comum:

Primeira e última matrícula, na Universidade de Coimbra, respetivamente de 8 de maio de 1599 e de 1604, de Miguel da Silveira (filho de António Gomes, natural de Celorico). Cortesia do Arquivo da Universidade de Coimbra.



O Bispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1561-1630), que desempenhou as funções de Reitor da Universidade de Coimbra, entre 1597 e 1605, ao tempo em que Miguel da Silveira foi aluno naquela instituição. Wikimedia Commons.

Os dados em presença parecem apontar que Miguel da Silveira (com alguma interrupção ou não) manteve-se ligado, como discente, à Universidade de Coimbra, até ao ano de 1604⁴¹ (antes de rumar desde ali para a Universidade de Salamanca). Durante essa sua permanência na cidade do Mondego – durante quase meia década – ele ter-se-á também socorrido, nas suas leituras e estudos, de algumas obras que iam sendo produzidas pelo impressor António de Mariz, ao serviço da Universidade⁴².

Trocou, depois, a universidade de Coimbra pela de Salamanca. Acabaria por sair desta última – em data que não se tornou possível apurar – com o grau de licenciado em Medicina e Ciências Naturais⁴³, presumivelmente também como Cosmógrafo, em 1608.

A procura de ambos, em períodos distintos, da cidade de Madrid, como forma de beneficiar de uma vida económica mais desafogada, ou intelectualmente mais aberta

Tudo parece apontar hoje, por outro lado, que tanto Miguel da Silveira como, hipoteticamente, o bracarense Constantino – não tinha(m) pruridos em viajar(em) da região norte e centro-norte para Salamanca – e, sobretudo, desde essa cidade para Madrid – no sentido de poderem a beneficiar de alguma ascendência, em meios cortesãos.

Tê-lo-ão feito, estamos em crer, de forma a que os seus serviços fossem notados e, acima de tudo, bem remunerados. Poderiam passar assim a beneficiar de uma vida económica mais desafogada, ou intelectualmente mais aberta. Nesse mundo da monarquia dual

41 Agradecemos também ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa da Técnica Ana Maria Leitão Bandeira, a generosidade de nos ter apoiado na identificação dos registos de matrícula deste discente de Direito, respetivamente nas suas datas limite, de 1599 e de 1604.

42 No ano de 1599, em que Miguel da Silveira deu entrada em Coimbra, Miguel de Mariz imprimiu naquela cidade, precisamente na oficina da Universidade, a obra do jesuíta Pe. Sebastião Barradas (1542-1615), *Commentaria in concordiam et historiam evangelicam*.

43 Barbosa Machado, in *BL*, estabelece que Miguel da Silveira cursou em Salamanca “Filosofia, Jurisprudência, Medicina e Matemática”.

Filipina, ser bem-sucedido não era propriamente ser-se, no cultivo do ideário do lusitanismo, um patriota.

Da possibilidade de Constantino [Leitão] de Vasconcelos ter frequentado o Colégio de Santo Antão em Lisboa

Não se encontra ainda comprovado, como atrás afirmámos, se o bracarense Constantino frequentou a universidade de Salamanca. O nosso intuito foi o de explorar as possibilidades de ele ter frequentado o Colégio de Santo Antão, em Lisboa.

Atendendo-se ao atrás referido depoimento que o próprio Constantino [Leitão] de Vasconcelos viria mais tarde a prestar, já no Perú, em 1645 – no período dos seus contactos com D. António (filho do Vice-Rei, Duque de Mancera) – ele havia estudado (enquanto adolescente, porventura até finais da segunda década seiscentista), “Lógica, Filosofia e Teologia, todas as disciplinas matemáticas, Cosmografia, Geometria, Aritmética prática e especulativa, Perspetiva, Arquitetura segundo Vitruvius e Desenho linear”⁴⁴, retendo-se aqui muito em particular a informação da sua discência na Arquitetura de Vitruvius⁴⁵.

44 *Apud* Maria Dolores Crespo Rodríguez, Dicionário Bibliográfico Electrónico, Real Academia de la Historia, Madrid, ant. cit. Efetivamente numa lógica de probabilidades é bem mais plausível que Constantino [Leitão] de Vasconcelos pudesse ter frequentado – em data que se nos configura como nos fins do primeiro quartel do século XVII – o curso do Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde estas disciplinas eram então ensinadas (e não em Coimbra). As nossas pesquisas nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, no *corpus* documental referente ao Colégio de Santo Antão, ainda não nos possibilitaram encontrar registos que comprovem a sua inscrição neste curso lisboeta nesse período. Vejam-se, ainda, estudos como os de Henrique Leitão, *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V centenário do nascimento de S. Francisco Xavier, 2007/08; e idem, *Sphaera Mundi: a ciência na Aula da Esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, ‘Catálogos’, 2008.

45 Tendo Vitruvius vivido no século I a.C., no império romano, a sua obra *De Architectura*, em dez livros, constituía ainda no período do Renascimento uma matéria de base para a formação de Arquitetos. Maria Helena Ureña Prieto, “Vitruvius”, in *Dicionário de Literatura Latina*. Verbo, 2006, p. 392, põe em relevo que Vitruvius considerou a Arquitetura como “parte da formação universal”, tendo aconselhado “para os arquitetos uma formação enciclopédica: pelo menos as características gerais das outras

Este testemunho documental poderá talvez permitir que se mantenha de pé a hipótese ou a possibilidade de o bracarense ter frequentado meios universitários, provável ou mais seguramente o Colégio de Santo Antão em Lisboa. Aí tinham lecionado ou lecionariam à época – atendendo a testemunhos de Luís de Albuquerque⁴⁶, Ugo Baldini⁴⁷ ou Henrique Leitão⁴⁸ – mestres de Ciência como Cristoph Grienberger (1564-1636), Cristoforo Borri (1583-1632) ou Giovanni Paolo Lembo (1570-1618).

A procura de Salamanca⁴⁹ e da capital madrilena por estes dois intelectuais ibéricos nesse período da Coroa dual Filipina, inseria-se no empenhado movimento de renovação do saber. Ou seja, a circulação de intelectuais entre as duas centenárias nações ibéricas, como homens de Cultura e de Ciência (incluindo os seguidores de algumas profissões mais técnicas), continuava a ser, na época verdadeiramente uma prática comum.

Dados sumários para o estudo do percurso vivencial de Miguel da Silveira em Espanha, antes da sua partida (de Madrid) para Nápoles

Assim, depois de ter cursado em Salamanca, Miguel da Silveira – continuando a subsistir dificuldades quanto a encontrar-se o ano

disciplinas devem ser-lhes familiares”. Daí haver que veja em tais conselhos uma clara influência de Varrão reatino ou de fontes gregas como Hermógenes, do séc. III a.C.”.

46 Albuquerque, Luís de - A 'Aula da Esfera' do Colégio de Santo Antão no Século XVII. *Anais da Academia Portuguesa da História*. S. 2, nº. 21 (1972), pp. 337-391.

47 Baldini, Ugo - L'insegnamento della Matematica nel Collegio di S. Antão a Lisbona, 1590-1640. In *Colóquio Internacional 'A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente'* (Lisboa, 21-23 de Abril de 1997), Nuno Silva Gonçalves, coord., *A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente*, Actas, Lisboa, Brotéria e Fundação Oriente, 2000, pp. 49-104.

48 Henrique Leitão, *Sphaera Mundi...*, edição ant. cit. (2008), p. 20. Nesta edição específica, nos índices remissivos finais, respetivamente nas “Lista de autores principais” (p. 245) e na “Lista de autores secundários” (p. 246), não consta qualquer menção nem a “Constantino Leitão” nem a “Constantino de Vasconcelos”.

49 A 'procura' da Universidade de Salamanca – para além da de Coimbra, registre-se – encontra-se até hoje comprovada, como já dissemos (quanto aos dois casos) apenas quanto a Miguel da Silveira.

exato do seu nascimento⁵⁰ – “assistiu em Castela..., onde foi mestre de Cosmografia”. O grau recebido nesse cenáculo universitário salmantino trazia-lhe uma preparação técnica que lhe possibilitava uma vida desafogada em Madrid, já no período em que aí se fixou a Corte.

Importa assinalar que – num período ligeiramente anterior – com a anuência de Filipe III, o Duque de Lerma havia conseguido levar a Corte de Madrid para Valladolid. De 1601 a 1606, com efeito, aquela outra cidade veio a tornar-se capital do império. Por ali passaram, desde então, autores dos de maior nomeada na vida cultural espanhola, tais como Góngora, Quevedo ou Cervantes.

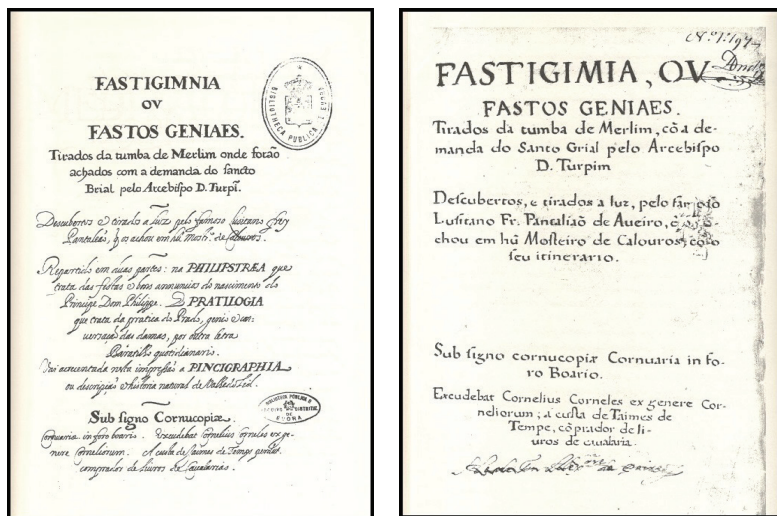
Acontece, porém, que aceitação e ascensão na Corte -- primeiramente de Miguel da Silveira e, algum tempo depois, de Constantino [Leitão] de Vasconcelos -- já decorreu em Madrid. A Corte tinha então voltado efetivamente ali, para satisfação de uma boa parte da aristocracia castelhana.

Não andaremos longe da verdade se se puderem encontrar – ainda nesta capital espanhola (e antes de Miguel da Silveira viajar dali para a possessão espanhola de Nápoles) – os primeiros passos para este intelectual português gizar, num plano geral embora, a *arquitectura* do seu poema *Macabeo*, que lhe trouxe reconhecida celebridade na Europa do seu tempo.

Só que continuam a divergir – quanto ao(s) período(s) em que Miguel da Silveira viveu em Madrid – alguns dos seus biógrafos. Para uns, o cientista celoricense trocou a capital espanhola por Nápoles, em 1610⁵¹, tendo então seguido para essa cidade transalpina na companhia de D. Pedro Fernández de Castro, VII Conde de Lemos, com quem o escritor seiscentista português, Tomás Pinheiro da Veiga, autor de *Fastigímia*, havia privado em Valladolid.

50 *BL*, III (1752), p. 486. Já em inícios do século XX, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal. Dicionário Histórico*, t. VI, Lisboa, 1912, p. 952), registam que ele veio ao mundo em 1576. Entretanto Carmen Delgado Moral, (“Catálogo de Autores” – “Miguel da Sylveira”, in *El Panegirico por la Poesia de Fernando de Vera y Mendoza...*, edição ant. cit. (Córdoba, 2013), p. 343, salienta ter ele nascido em 1580.

51 No Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia (Madrid), ant. cit.



Dois dos manuscritos de *Fastigímia*, de Tomás Pinheiro da Veiga.

Esta partida do celoricense ocorreu quando aquele aristocrata espanhol – sendo figura prestigiada na Corte, em Madrid⁵², como referiu Tomé Pinheiro da Veiga⁵³ – veio a ser nomeado Vice-Rei dessa possessão espanhola⁵⁴. Esse Conde, aliás, manteve-se nessas funções em Nápoles até meados da segunda década do século XVII⁵⁵.

52 Situa-se cronologicamente neste período um depoimento, sobre esta matéria, redigido pelo português Tomé Pinheiro da Veiga. Aquele autor seiscentista, em *Fastigímia* (ou *Fastos Geniales*) – uma obra em prosa escrita em 1605 em que descreve as suas experiências durante a estadia na Corte de Valladolid entre abril e julho daquele ano – pronuncia-se acerca do lugar privilegiado dos Condes de Lemos na entourage Filipina e, mais concretamente, da presença do VII Conde de Lemos em todos os acontecimentos da Corte considerados importantes. Cfr., a este respeito, Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigímia*, edição, estudo, variantes e notas por Ernesto Rodrigues, Lisboa, Clepul / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em várias passagens (por exemplo, p. 20). De salientar, por outro lado, que o escritor Lope de Vega chegou a desempenhar as funções de secretário do VII Conde de Lemos.

53 Tomé Pinheiro da Veiga (1566/71-1656) foi um escritor português, magistrado e político. Desempenhou, a dado passo – depois de se ter doutorado em Leis pela Universidade de Coimbra em 1593 – as funções de fiscal da Coroa, supervisor do Tesouro e quando eclodiu a revolução de 1 de dezembro de 1640 ele pôs-se ao lado dos Bragança.

54 Sobre o VII Conde de Lemos, veja-se o estudo de Isabel Enciso Alonso-Muñumer, “Pedro Fernandes de Castro”, no Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia.

55 O regresso a Madrid do VII Conde de Lemos, Vice-Rei de Nápoles, nesse *terminus* de tais funções, só viria a ocorrer, como é sabido, em 1616.



Carta da região de Nápoles para onde seguiu Miguel da Silveira, a acompanhar o VII Conde de Lemos, em funções políticas, em 1616 (ou eventualmente alguns anos depois dessa data)

Acontece, porém, que a data dessa sua passagem de Madrid para Nápoles não é ainda consensual. Efetivamente, subsiste mais do que um autor que continua a aceitar como certo que Miguel de Silveira – depois de concluir a referida licenciatura em Salamanca, em 1608 – permaneceu mais algum tempo em Madrid, vivendo aí sobretudo como cosmógrafo e do exercício da Medicina. É provável, porém, no contexto também desta segunda hipótese, que Silveira tenha regressado de Nápoles a Madrid, em 1616 (ao tempo em que aquele aristocrata, cessou as suas funções napolitanas e regressou a Espanha). A confirmar-se esse facto, ele só voltaria, anos mais tarde, à mesma possessão napolitana da Coroa de Espanha.

A confirmar-se ainda tal data (quanto à sua primeira saída de Espanha para Nápoles) Miguel da Silveira poderia muito bem ainda ter recebido, em Madrid, em 1612, os hábitos da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, congregação (de base espiritual e intelectual) a que também se ligaram, entre outros, Miguel de Cervantes, Lope de Vega, Quevedo ou Salas Barbadillo.

Importa vir de igual modo a estabelecer – num plano de *limite temporal* da primeira permanência de Silveira em Madrid – que são quase *nulas* (confirmando-se a primeira daquelas hipóteses, proposta pela Real Academia de la Historia de que saiu então dali em 1610) as possibilidades de Constantino [Leitão] de Vasconcelos o ter ainda ali conhecido nessa primeira fase madrilenas.

Na realidade, enquanto se continuar a aceitar que a presença do celoricense só se pode documentar nessa cidade (com um mínimo de segurança) entre 1608 e 1610 (aceitando-se esta como a data da sua partida real para Nápoles), a chegada à mesma capital de Constantino [Leitão] de Vasconcelos – considerando-se a hipótese de ele ter nascido nos primeiros anos do século XVII – parece de facto invalidar essa hipótese de se conhecerem então e de se terem cruzado nessa fase nos mesmos meios cortesãos madrilenos⁵⁶.

Do que também não restam dúvidas, por outro lado, é que foi muito mais prolongada no tempo – comparativamente com Miguel da Silveira – a ação de Constantino [Leitão] de Vasconcelos na cidade de Madrid. Esta iria prolongar-se, como já dissemos, até ao ano de 1629. Não será despidiendo afirmar-se ainda, neste passo, que não enjeitamos totalmente uma sua formação universitária madrilenas (o que resta documentalmente por comprovar⁵⁷).

Mais adiante voltaremos, mesmo que sumariamente, a Miguel de Silveira, já quanto aos resquícios da sua ação editorial napolitana. Fazemo-lo sobretudo procurando documentar o modo como a poesia de Silveira veio a interessar, em Madrid, a um dos literatos

56 Constantino de Vasconcelos – já após a meninice em Braga (ou na região) no mínimo até c. 1608/09 – ainda desenvolveu alguns dos seus primeiros estudos nessa região nortenha portuguesa. Assim sendo, e mesmo que uma segunda parte da sua formação universitária tenha decorrido em Espanha, os dados em presença parecem inviabilizar que ele tenha conhecido pessoalmente, de facto, Miguel da Silveira na primeira fase de permanência deste último em Madrid.

57 Só essa formação universitária, no domínio da Arquitetura vitruviana, lhe poderia vir a permitir desenhar os planos das fortificações para a região do porto chileno de Valdivia, na sua missão a essa região em 1645; ou, anos depois, o projeto arquitetónico para a ampla igreja da Ordem Terceira de S. Francisco na cidade de Lima.

então ali em voga, precisamente D. Fernando de Vera e Mendoza, com quem Constantino [Leitão] de Vasconcelos se encontrava em contacto.

Constantino [Leitão] de Vasconcelos na senda madrilena da *Filosofia da Natureza* de Sabuco Álvares. Para a teorização de uma *naturaleza extrínseca* e de uma outra *intrínseca*, confluente para o bem-estar humano: a edição bracarense de Sabuco e a sua circulação em Madrid

Tudo parece apontar que tanto o bracarense Constantino [Leytão] de Vasconcelos – como presumivelmente havia sucedido também já como o seu compatriota Miguel da Silveira (enquanto ainda em Madrid e ambos em função das suas origens rurais) – foram claramente marcados no período de 1615-1620, em termos de vida do espírito, pela filosofia da *naturaleza* envolvente.

Optamos, aqui, por tal vocábulo em língua espanhola, na medida em que aquele jovem aristocrata – proveniente de um clã, porventura minhoto (que apesar de tudo persiste ainda em se desconhecer) – poderá ter lido o texto em castelhano de Miguel Sabuco Álvarez. Falamos do livro *Nueva Filosofía de la Naturaleza del hombre...*, que havia sido originariamente editado em Madrid, na oficina de Pedro de Madrigal, em 1586⁵⁸ e três décadas e meia depois reeditado precisamente em Braga⁵⁹. Encontra-se hoje devi-

58 Em 1622 – três décadas depois da edição madrilena original – foi reimpressa, precisamente na cidade de Braga, a pátria de Constantino como já se referiu, na oficina do tipógrafo bracarense Frutuoso Lourenço de Basto, uma nova edição da mesma obra *Nueva Filosofía de la naturaleza del hombre, no conocida ni alcançada. de los grandes filósofos antiguos: la qual mejora la vida y salud humana: com las addiciones de la segunda impresión, y (en esta tercera) expurgada. Composto por Doña Oliva Sabuco*. [sic] *Dirigida ao I. S. D. João Lobo, Barão D'alvito*. Registe-se ainda que o I senhor de Alvito foi D. Diogo Lopes Lobo, nascido c. 1330, o I Barão de Alvito veio a ser, um século mais tarde, D. João Fernandes da Silveira (c. 1430-1484).

59 Efetivamente nesta obra de Miguel Sabuco Álvarez, da região de Albacete, em Espanha – que visitámos (numa viagem desde Alicante) há uma dúzia de

damente esclarecido que, se porventura Constantino leu a edição bracarense deste livro de Sabuco – ocorrida em Braga em 1622 – ele já era um homem intelectualmente formado (e já se encontrava a viver em Madrid).

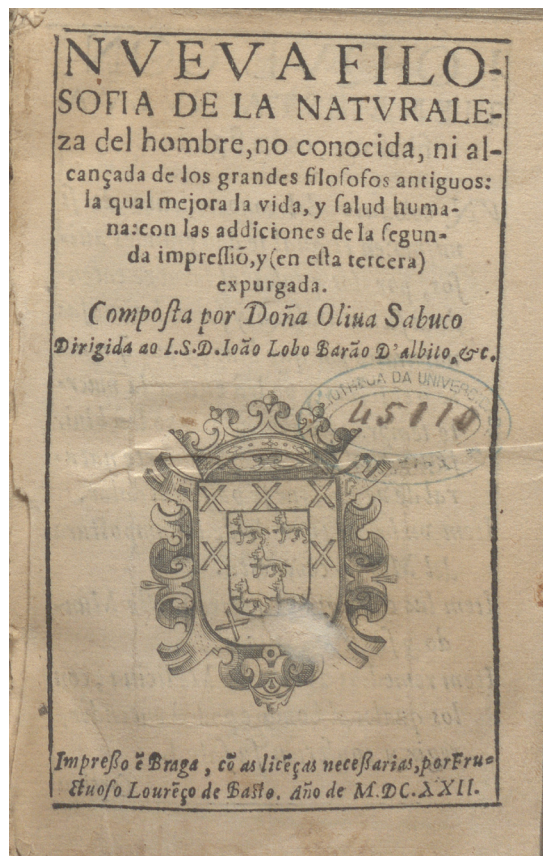
Não se pode hoje pôr completamente de lado, com efeito, a hipótese de que Constantino [Leytão] de Vasconcelos a tenha então lido na capital espanhola. Tal poderia, muito bem ter sucedido no seu *período de formação* intelectual.

Nessa obra quinhentista, dividida em *Colóquios*, tinham-se estabelecido dois tipos de avaliação da *Naturaleza*, uma *extrínseca* e uma outra *intrínseca* na vida do próprio homem.

No que respeita(va) à primeira, a perspectiva *extrínseca* – num pensamento ecológico *avant la lettre* – era avaliado o universo natural circundante, o respeito pela *Naturaleza*, os meios naturais em que o homem desde sempre tinha evoluído numa existência de tipo normativa. Eram avaliados, de igual modo, as próprias *correções* ao discurso do natural, quando o corpo adoecia e era preciso recorrer a bens da Natureza para *contradizer* os males físicos com os remédios que se antepunham na doença, para se repor o bem-estar humano.

Quanto à *Naturaleza* que à falta de melhor termo referenciamos como *intrínseca*, eram abordados pelo mesmo autor, entre outros aspetos – tendo-se sempre em presença o *juízo* de Deus e repensando de algum modo também Aristóteles – os fatores de *ornato da alma*.

anos – fora deixado claro, pelo seu autor *de facto*, esta prova concludente da sua real autoria deste livro. “... pongo por autora a la dicha Luisa de Oliba [a sua filha]... solo por darle el noble y la honra, y reservo el fruto y provecho que resultare de los dichos libros para mí, e mando à la dicha mi hija Luisa de Oliba [ou Oliva] no se entremete en el dicho privilegio, so pena de maldición...”.- Cfr. Miguel Sabuco Álvarez, *Nueva Filosofía, edición crítica a cargo de Samuel García Rubio e de Domingo Henares*, Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, 2009, p. 16.



Frontispício da 3ª. edição da obra de Miguel Sabuco Álvarez, constante do seu livro *Nueva Filosofia de la Naturaleza del hombre*. Braga : oficina de F. Lourenço de Basto, 1622. BGUC.

Aí, na primeira parte da obra – no *Colóquio del Conocimiento de si mesmo, en ele cual hablan três Pastores filósofos en vida solitária, nombrados Antonio, Veronio, Rodonio* – o autor castelhano, no título LX, abordava precisamente o tema “De la Sapiencia, que es el mayor ornato del ánima”.

Miguel Sabuco Álvarez havia estabelecido, com efeito, nesse passo da sua obra que

La sapiência es una ciência de las cosas divinas y naturales y conocimiento de la causa de todas las cousas. Es una virtude y ornato en el hombre, la más alta y divina de todas y que a todas las perfecciona. A ésta trajo

*pegada consigo el ánima del cielo. Tiene un sabor y olor de Dios, está perfecta solo en Dios y de allí le mana al ánima del hombre, que é solo la tiene. Da grande contento y alegría y por elo, salud. Es la cosa más amable que hay en este mundo, y todo hombre desea saber Si la sapiencia tuviera forma visible, no hubiera cosa más amada de los hombres. Ésta hace felices y dichosos en este mundo y sin ella no hay felicidad.*⁶⁰

De tal passagem do texto deste filósofo quinhentista da *Naturaleza*, de Albacete, podem, com efeito, colher-se duas premissas essenciais. O conhecimento da Cultura e da Ciência no homem passam, primeiro que tudo (na linguagem da época), pelo conhecimento e valorização das *falas* de Deus. Aceita-se, por outro lado, que só esse conhecimento – dependente como se disse do conhecimento de Deus – pode trazer alegria, e até saúde, ao próprio homem.

Vários exemplares originais desta edição bracarense de 1622 (para além do existente nas coleções do CEHLE), por nós detetadas em diversas coleções de bibliófilos espanhóis, provam da sua receção e leitura em Espanha, ao tempo da Monarquia dual Filipina. Tratou-se, sem dúvida, de uma lufada de ar fresco e revigorante na forma como se perspectivava o mundo do natural (olhado com tanto rigor já na Grécia antiga por Aristóteles).

É um facto que o *bracarense* Constantino [Leitão] de Vasconcelos teria então aceitado, sem dúvida, algumas das premissas de tal obra. A prova disso é que viria décadas depois a pôr o seu conhecimento, como arquiteto, ao serviço da *causa de Deus*. Assim, ele irá mais tarde tornar-se no Perú (colónia de Espanha) um dos mais apreciados *constructores*, sobretudo como projetista (desenhador), sempre considerando a dialética de uma inserção no mundo da Natureza. Tal virá a suceder, nos casos de algumas das mais exuberantes igrejas ali implementadas pelos cristãos, como veio a ser a basílica de São Francisco na cidade de Lima.

60 Miguel Sabuco Álvarez - *Nueva Filosofía de la Naturaleza del Hombre...*, Braga, 1622, I, Título LX, pp. 91 v.-92 v.

As influências decisivas em Constantino [Leytão] de Vasconcelos (na cidade de Madrid) do aristocrata Fernando de Vera y Zuñiga (1568-1639) e de outros membros da sua família, por volta de 1622

Em síntese, foram atrás levantados os cenários possíveis dos eventuais clãs de ascendência do *bracarense* Constantino, [Leytão] de Vasconcelos, ou seja, na primeira fase da sua existência. Perspetivou-se, de igual modo, o *cenário* se o minhoto tinha obtido a sua primeira formação na esfera do ensino superior, porventura em Lisboa (tal como ocorrera com o referido Miguel da Silveira, na Universidade de Salamanca⁶¹).

Foi de igual modo abordada a não menos pertinente questão se esse mesmo Constantino – e, por outro lado, Miguel da Silveira (cada um deles na sua região) – poderiam ter sido influenciados pelo elemento da Filosofia da Natureza.

Efetivamente, quando a este aspeto específico da perceção e re-ecção do *natural*, no mundo seiscentista, os primeiros anos de vida marcam sempre, de uma forma indelével, os passos opcionais em que, em futuro próximo, a mente de um determinado indivíduo vem a expandir os seus voos. Assim, a paisagem minhota ou a agrura das serras beirãs veio a manter-se, de um modo continuado, quer na *forma mentis* do autor minhoto quer do celoricense, quer num plano étnico quer num patamar religioso.

O historiador local beirão, Manuel Ramos de Oliveira, registou, na década de 30 (do séc. XX), que Miguel da Silveira “trabalhou... 22 anos”⁶² no livro-poema da sua vida, *Macabeo*.

61 Não vem aqui a propósito (em termos cronológicos) a alçada da cronologia da vida universitária salmantina, objeto da cuidada análise de estudado J. Veríssimo Serrão (in *Portugueses no Estudo de Salamanca, 1250-1550*, Lisboa, 1962), por estar fora da alçada temporal deste nosso estudo.

62 Oliveira, Manuel Ramos de - *Celórico da Beira e o seu concelho através da história e da tradição*. 2ª. ed. Celórico da Beira : Câmara Municipal, 1997. pp. 467-468.

Será lícito deduzir, assim, que este Silveira principiara a desenvolver, em espanhol, a sua argumentação poética, de inspiração mitológica para tal livro, já cerca de 1614: *Mira del Celorico es alta cumbre / que assalta la región de las estrellas, / Donde, vestiendo el sol prodiga humbre, / Produce del Parnasso flores bellas. / Aquí creará la etherea pesadumbre / En quien influía Apollo sus centellas / Y por el, vuestro nombre sin segundo / Repetiron los terminus del mundo.*

Outros aspetos de alguma proximidade ideológica entre Constantino [Leytão] de Vasconcelos e Miguel da Silveira

Podem detetar-se, por outro lado, alguns outros traços de proximidade, mesmo que indireta, entre Constantino [Leytão] de Vasconcelos (então ativo ainda em Madrid) e Miguel da Silveira (porventura então já em funções em Nápoles). Este erudito de Celorico – que continuava a conviver, a tão longa distância de Madrid, com algumas figuras, tanto aristocráticas, como literárias na Corte espanhola desse período⁶³ – trabalhava incansavelmente na sua obra maior, o poema *Macabeo*, desde pelo menos 1616⁶⁴. Não era de estranhar pois que ele, desde ali, continuasse em contacto com os Vera ou com os Zúñiga (como veio a suceder depois).

Quanto a Constantino [Leytão] de Vasconcelos, na capital espanhola – onde permaneceu como já dissemos pelo menos cerca de uma década e meia – ele mantinha ali, privilegiadamente, contactos

63 Miguel da Silveira conviveu com Lope de Vega e com Cervantes. Quanto ao primeiro, este elogiou-o em diversas obras incluindo-o no *Laurel de Apolo* (III, 143). Cervantes, por seu lado, evocou-o in *El Viaje del Parnaso* (II, 176); veja-se, ainda, C. D. Moral (2013), Apêndice n.º 110, p. 343.

64 Miguel da Silveira – tendo prolongado a redação do seu poema *Macabeo* em versos heroicos (após a sua leitura do poema de Torquato Tasso) por um período de 22 anos – já havia iniciado tal composição, portanto, cerca de 1616.

diretos com algumas destas poderosas famílias da aristocracia, com assento regular na Corte. O bracarense – antes de partir de Espanha para o Perú, como uma das companhias privilegiadas do renomeado Bispo D. Fernando de Vera y Zúniga que tinha por ele uma elevada consideração – viria efetivamente a beneficiar, em termos de enriquecimento cultural, com todo este convívio madrilenho (e inclusivamente alguns aristocratas provenientes de meios sevilhanos).

É certo que cada um destes dois portugueses seguira o seu próprio caminho. Só que do entrosamento destes dois pontos de convívio aristocrático madrilenho – um presencial e outro (pelo menos numa primeira fase) à distância – importa desenvolver também algumas considerações diversas.

Alguns membros do clã dos Mendoza y Zúniga, no convívio espanhol de Costantino de Vasconcelos

Logo após a sua chegada a Madrid (já então, de novo, a capital do império dual Filipino), Costantino [Leitão] de Vasconcelos tinha procurado encontrar um outro tipo de vida – que pretendia mais desafogada. Aí teve ensejo de conviver – para além de outros membros da aristocracia espanhola – com o frade agostinho D. Fernando de Vera y Zúniga (1568-1638); com o pai deste, D. Juan de Vera y Zúniga; com o escritor, D. Fernando de Vera y Mendoza (nascido já em 1599); e muito presumivelmente também com D. Juan Antonio de Vera e Zúñiga (1583-1658).

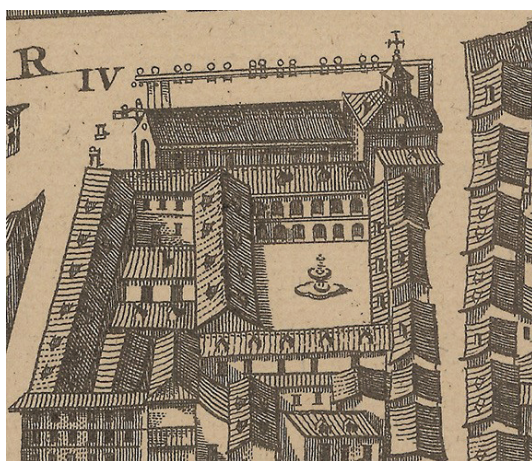
Foi presumivelmente em Madrid – mais seguramente do que em Mérida ou em Sevilha – que o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos veio a encontrar alguns desses calorosos e quase familiares apoios. A sua simpatia pelo primeiro daqueles, um futuro Bispo, haveria, afinal, de se repercutir por uma boa parte da sua vida futura nas Américas.

I - D. Fernando de Vera y Zúñiga

Detenhamo-nos assim, primeiramente, na figura (do religioso) D. Fernando de Vera y Zúñiga. Este nascera na cidade hispano-romana de Mérida, em 1568⁶⁵, sendo, portanto, bem mais velho que Vasconcelos.

Em 8 de Agosto de 1616, segundo Carmen Delgado Moral, tendo cumprido o ano da sua aprovação no convento dos antigos padres agostinhos, das mãos do reverendo padre mestre, Frei Rodrigo de Loayza (naquele momento provincial da zona de Sevilha), fez a sua profissão em conformidade com a Regra de Santo Agostinho⁶⁶.

Em 1622, Hernando ainda se encontrava em Madrid na Ordem de Santo Agostinho, no convento de San Felipe el Real. Algum tempo depois, veio a renovar aí os seus votos⁶⁷.



Convento de S. Filipe o Real, da Ordem de Santo Agostinho. Gravura da *Topographia de la Villa de Madrid*, do português Pedro Teixeira, 1656.

65 O nascimento deste futuro religioso agostinho ocorrera precisamente no ano da ascensão ao trono do rei de Portugal D. Sebastião (então com 14 anos de idade).

66 Delgado Moral, Carmen - *El Panegirico por la poesia por Fernando de Vera y Mendoza en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidad de Córdoba, 2013. Tese de doutoramento (texto policopiado). p. 26.

67 A sua permanência na Ordem de Santo Agostinho ocorreu em algumas circunstâncias de certo modo estranhas. Tomou tal atitude retratando-se do prolongado litígio que tantos dissabores sensabores haviam causado não só a ele como à família (fase a um pretendido *pleito de nulidade* então gerado).

Granjeava já então o seu nome (associado naturalmente a uma família nobre) de alguma popularidade naqueles meios eclesiásticos. Sabe-se assim que foi apontado, primeiramente, como Bispo Auxiliar de Badajoz e Bispo titular de Bugi.

Em 13 de Novembro de 1628, o seu nome foi apontado pelo rei Filipe de Espanha e Portugal – e confirmado pelo Papa Urbano VIII – como Arcebispo de S. Domingos na América Latina. Meia dúzia de anos depois estavam reunidas as condições para partir, em destacadas funções, para o Vice-Reino do Perú.

II - D. Juan de Vera y Zúñiga

Quanto ao pai daquele, D. Juan de Vera y Zúñiga, ele teve um primeiro casamento, com D. Isabel de Mendoza, sendo natural de Sevilha.

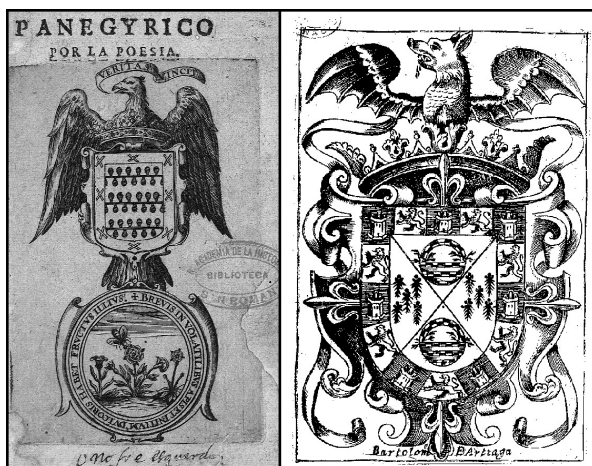
A decisão de seu filho, D. Fernando de Vera y Zúñiga, em se tornar frade da Ordem de Santo Agostinho causou-lhe profundos dissabores, estando na base de um profundo desentendimento entre ambos que se viria a prolongar até ao final da vida de D. Juan de Vera. Tudo parece apontar que Constantino de Vasconcelos, ainda antes de embarcar em direção ao Perú, foi testemunho presencial, nesse contexto, de algumas das fases desse desentendimento entre pai e filho.

III - D. Fernando de Vera y Mendoza

D. Fernando de Vera y Mendoza, por seu lado, destacou-se em particular no campo das letras. Ele veio a publicar a conhecida obra *Panegirico por la poesía*, deveras apreciada nos meios literários seiscentistas do seu país.

A sua primeira edição veio a ocorrer em 1627, na cidade de Montilla, na região de Córdoba. Há a particularidade de o impressor ter sido um português, Manuel de Paiva, que então se encontrava ocasionalmente ativo naquela vila cordubense de Montilla.

A outra particularidade advém do facto de o autor ter dedicado este seu trabalho ao Conde-Duque de Olivares (1587-1645)⁶⁸. Esse facto justifica assim que nas folhas preliminares dessa edição se panteiem as armas desse poderoso valido da Coroa espanhola.



Em cima, frontispício da edição de 1627 de *Panegirico por la poesia*, por Fernando de Vera y Mendoza e gravura com as armas do Conde-Duque de Olivares, nas folhas preliminares; em baixo, retrato do poderoso valido Conde-Duque de Olivares. Wikimedia Commons.

68 Um outro membro desse mesmo clã, embora um tanto mais novo, Juan Antonio de Vera y Zúñiga (1583-1658) veio poucos meses depois, já em 1628, ser nomeado biógrafo do mesmo Conde-Duque de Olivares. Ele foi assim o autor de *Fragmentos históricos de la vida de don Gaspar de Guzman*, Conde de Olivares (o qual já veio a ser impresso depois da morte do respetivo autor).

IV - D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga a evocação da Rainha-Santa Isabel e a tentativa de obtenção de benesses junto do II Marquês de Castelo Rodrigo

D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga (1583-1658), por seu lado, foi também ele natural da cidade de Mérida. Era filho de Fernando de Vera y Vargas (um conhecido militar dessa cidade, ligado à fidalguia espanhola) e de Maria de Zúñiga, filha dos Marqueses de Mirabel.

Ainda muito novo, com apenas 15 anos, casou em primeiras núpcias com a sevilhana D. Isabel de Mendoza⁶⁹. No ano de 1621, D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga fixou a sua residência em Madrid e, dois anos depois, contraiu segundas núpcias com uma sua prima Maria de Vera y Tovar⁷⁰. Veio ainda a empenhar-se numa relação privilegiada com o Conde-Duque de Olivares, tornando-se gradualmente no biógrafo deste valido.

Uma aproximação interessada de Juan Antonio de Vera y Zúñiga ao II Marquês de Castelo Rodrigo

Uma outra questão que certamente Constantino de Vasconcelos poderá ter acompanhado em Madrid – antes de embarcar com o Bispo recém eleito, o referido D. Fernando de Vera y Zúñiga, para o Vice-Reino do Perú – as ações de aproximação a D. Manuel de Moura e Corte Real (1590-1651), II Marquês de Castelo Rodrigo⁷¹, precisamente

69 Deste seu primeiro casamento nasceram Fernando e Pedro Laureano de Vera y Mendoza, os quais, como veremos adiante, acabaram por dar entrada na Ordem de Santo Agostinho.

70 Deste seu segundo casamento, este erudito e diplomata veio a ter três filhos, de nomes Maria Antonia, Catalina Antonia e Fernando, o qual viria a ser embaixador em Veneza, onde morreu em 1663.

71 Este aristocrata e político – claramente influente na ação externa de Filipe IV de Espanha e III de Portugal – viria a destacar-se (num período, porém, já fora do enquadramento temporal deste nosso estudo) como embaixador de Espanha junto da Santa Sé e na corte imperial de Viena; como governador dos Países Baixos espanhóis (1644-1647); e, ainda, como plenipotenciário à Paz de Munique concluída no ano de 1648.

por parte de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga (este sete anos mais velho do que aquele), na tentativa de obter benesses para os seus mais próximos.



D. Manuel de Moura y Corte-Real (1590-1651), II Marquês de Castelo Rodrigo.
Wikimedia Commons

Sendo D. Manuel de Moura y Corte-Real filho de D. Cristóvão de Moura⁷² e de D. Margarida Corte Real⁷³, e tendo nascido em Madrid, ele veio a ser, indiscutivelmente um dos mais poderosos validos⁷⁴

72 O Conde de Castelo Rodrigo, com a morte em 13 de setembro de 1598 de Filipe II de Espanha - de quem seu pai fora um dos validos mais destacados - veio a perder a significativa influência de que desfrutava. Deste modo, a família de D. Cristóvão de Moura acabaria por ser enviada para Lisboa, onde desempenhou como Vice-Rei de Portugal, dois mandatos trienais.

73 D. Margarida Corte Real era membro do poderoso (à época) clã dos Corte Real e herdeira das capitânias de Angra e de São Jorge. O rei Filipe II, de modo a agraciar o primogénito do I Marquês de Castelo Rodrigo (D. Cristóvão de Moura), beneficiou a D. Manuel de Moura y Corte Real, quando do falecimento de seu pai em 1613, como o título de II Marquês de Castelo Rodrigo.

74 Na fase final da vida de seu pai, em novembro de 1613, Manuel de Moura Corte Real casou com D. Leonor de Melo, filha de D. Nuno Álvares Pereira de Mello (III Conde de Tentúgal e Marquês de Ferreira) e de D. Mariana de Castro Osório Moscoso. Tendo

do rei Filipe IV de Espanha. O seu poder agora *renovado* em Madrid fazia assim renascer à sua volta uma série de vozes que pretendiam alcançar as mais diversas prebendas.

Compreende-se, assim, que tenham subsistido, durante alguns anos, laços de interesses – mais do que de amizade, seguramente – entre D. Juan António de Vera e o II Marquês de Castelo Rodrigo. Tal como Carmen Fernández-Daza Álvarez⁷⁵, também a historiadora Carmen Delgado Moral, no trabalho que dedicou a D. Fernando de Vera e Mendoza, faz uma clara alusão a este facto.

Segundo esta investigadora, D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga dirigiu-se em várias ocasiões a D. Manuel de Moura e Corte Real, com vista a

*conseguir um cargo eclesiástico para seus filhos, Fernando e Pedro Laureano, em Sevilha, Plasencia, Cuenca ou Múrcia e não ter assim que fazer face aos seus gastos, que lhe comiam na sua fazenda, nunca conseguido obter, porém, qualquer benefício.*⁷⁶

Enquanto isso, e à semelhança do pai daquele, D. Cristóvão de Moura, ele continuava a privar com alguns dos mais inspirados poetas da Corte castelhana. Isso a pesar de ele não conseguir alinhar quaisquer tipos de poesia com mérito⁷⁷.

ficado, desse modo, aparentado com os Condes de Tentúgal e, posteriormente, Marqueses de Cadaval, esses vínculos aumentaram também o seu poderio na região de Portugal. A sua família era detentora, por sua vez, de um vasto palácio localizado ao Corpo Santo, que quase ultrapassava, em dimensões e riquezas, o Paço Régio.

75 Fernández-Daza, Carmen - Juan Antonio de Vera y Zúñiga. In *Diccionario de biografías de Real Academia de la Historia*, Madrid.

76 C. Delgado Moral, *op. cit.* (2013), p. 313.

77 O secretário deste II Conde de Castelo Rodrigo, o poeta português Manuel de Faria e Sousa, distinto camonista apercebeu-se também dessa falta de inspiração do aristocrata. Ele chegou a escrever (e citamos ainda C. Delgado Moral, *op. cit.*, p. 314), desiludido por terem chegado a atribuir ao seu amo algumas das suas composições poéticas: “O Marquês nunca chegou, sequer, a produzir qualquer má cópia [poética]”. Cfr. Santiago Martínez Hernández, “*En la Corte la ignorancia vive [...] y [...] son poetas todos*. Mecenazgo, bibliofilia y comunicación literaria en la cultura aristocrática de corte”. *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 35 (2010), pp. 35-57.

Ações fora da Península Ibérica, a partir de 1625, deste servidor do rei e do Conde-Duque de Olivares, Juan António de Vera, também como homem de cultura

Os contactos do bracarense D. Constantino [Leitão] de Vasconcelos em Madrid com D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga poderão ter ocorrido antes de 1625, ou seja, na última fase em que este servidor do rei e do Conde-Duque de Olivares, passou a ser encarregado de destacadas missões régias sobretudo nas regiões de Sabóia e de Itália, mais particularmente na região autónoma veneziana. Contava, então, o nobre castelhano 38 anos de idade.

Primeiramente ele foi enviado, ainda em 1625, como sublinhou Carmen Fernández-Daza Álvarez, como Embaixador extraordinário a Sabóia. Depois, poderá ter viajado até à Itália, período em que acompanhou a legislação papal sobre a canonização da portuguesa Rainha Santa Isabel.

Nesse período, ele escreveu a sua esclarecedora obra *Vida de la gloriosa Santa Isabel Reyna de Portvgal buelta de Toscano en Espanol por D. Ivan Antonio de Vera, y Zuñiga*, que saíra em Roma, na oficina de Iacomo Mascardi, em 1625, fortemente influenciada pela tradicional *legenda*⁷⁸ isabelina luso-aragonesa. Esta obra romana seiscentista

78 Essa *legenda* isabelina pode identificar-se pelo título *Livro que fala da boa vida que fez a Raynha de Portugal, Dona Isabel, e dos seus bõos feitos e milagres em sa vida e deploys da morte* (manuscrito antigo que havia pertencido ao mosteiro conimbricense das Clarissas). Falamos precisamente da *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*, uma verdadeira hagiografia que se supõe ter sido escrita por autor desconhecido pouco depois da morte de D. Isabel. Essa *legenda*, recorde-se, foi publicada por J. J. Nunes, em (1919), 1921, pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Chamamos ainda a particular atenção – para além da conhecida biografia *D. Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, 2 vols., Coimbra, 1891-1894, do Prof. António de Vasconcelos, antigo diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra – das obras de Maria Isabel da Cruz Montes, *Vida e Milagres de D. Isabel Rainha de Portugal* (1999); de Maria Filomena Andrade, *Isabel de Aragão, Rainha Santa, Mãe exemplar* (2014); ou de Aires Nascimento, *Santa Isabel de Portugal*, Edições Colibri e Centro de Estudos da FLUL, Lisboa, 2019. Agradecemos ainda ao Colega Prof. Bernardo Vasconcelos e Sousa o ter-nos lembrado (por carta de setembro de 2019) alguma da bibliografia portuguesa mais atualizada sobre este tema.

foi publicada, precisamente, por ocasião da canonização da rainha-viúva de D. Dinis (em 25 de maio desse ano) pelo papa Urbano VIII.

Este trabalho bibliográfico, de natureza encomiástica, incluía, para além da vida da santa que havia sido rainha de Portugal entre 1288 e 1325, uma árvore genealógica na qual se traçava o parentesco da santa com os personagens aqui referenciados por Vera. Era patenteado aí, de igual modo, o parentesco dessa mulher piedosa então canonizada com a esposa do Conde-Duque de Olivares, D. Inês de Zúñiga, à qual era dedicado este livro da *Vida de la gloriosa santa Isabel, Reyna de Portugal...*⁷⁹.

Sensivelmente nesse mesmo período, D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga participou também em algumas jornadas bélicas como o conflito da Valtelina junto ao Duque de Feria, o Marquês de Castañeda e o seu próprio irmão Fernando (nomeado Governador de Como, em 1626), como, também, nos tumultos ocorridos por essa época em Génova⁸⁰.

Das presumíveis relações entre D. Constantino de Vasconcelos em Madrid com a cronística de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga

Depois desse período de 1625-1626 (e sobretudo até 1644) sabe-se que o aristocrata emeritense D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga viveu em terras transalpinas. E neste contexto vem a propósito relembrar que, presumivelmente já desde 1610, se afirmava na possessão espanhola de Nápoles o médico e cosmógrafo português D. Miguel da Silveira.

Deste modo só se pode admitir que as relações (eventualmente pessoais) entre D. Costantino de Vasconcelos e D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga, só pudessem ter tido lugar, como mera hipótese académica, entre cerca de 1620 e 1625.

79 C. D. Moral *op. cit.* (2013), pp. 266-267, n. 53.

80 Carmen Fernández-Daza Álvarez, *idem*.

Do que parece não restarem dúvidas é que, dos exemplares de *Vida de la gloriosa santa Isabel, Reyna de Portugal* que eram chegados a Espanha (possivelmente a livreiros de Madrid) – nos últimos quatro anos em que Constantino de Vasconcelos ali viveu – antes de embarcar (sem regresso) para o Vice-Reino do Perú – ele terá tido acesso ou à posse pessoal de uma das cópias, ou, pelo menos, à leitura de um dos exemplares.

Menos seguro será que ele – já no Vice-Reino do Perú – viesse mais tarde a acompanhar pela leitura um outro livro transalpino do mesmo D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga. Falamos dessa outra obra que ele, ainda em terras transalpinas, viria a editar, poema – em louvor de Rei, Fernando III, o Santo – intitulado *El Fernando o Sevilla Restaurada* (Milão, 1632), um bom par de anos antes da morte surpreender aquele espanhol já na sua pátria⁸¹.

À semelhança dos interesses históricos isabelinos do braçarense D. Constantino de Vasconcelos, em 1625, subsistem os interesses literários de D. Fernando de Vera y Mendoza, em 1626, na poesia do português Miguel da Silveira

Em contraponto com os interesses históricos de D. Constantino de Vasconcelos na referida obra isabelina de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga, impõe-se também que sejam perspetivados, num plano sincrónico e também em Espanha, os interesses literários de D. Fernando de Vera y Mendoza pela poesia do celoricense D. Miguel da Silveira.

Tal ocorria precisamente quatro a três anos antes de o primeiro destes dois portugueses embarcar na Península Ibérica em direção ao Vice-Reino do Perú,

81 Juan Antonio de Vera y Zúñiga viria a falecer muito mais tarde em Madrid, 18 de outubro de 1658.

Nesse período, sem dúvida, já D. Fernando de Vera y Mendoza, tinha completado a redação e até a impressão da sua reconhecida e valiosa obra *Panegyrico por la Poesia* (dado que esta já se encontrava editada em letra de forma na região de Córdoba, em janeiro de 1627).

Sabe-se, por outro lado, que era antiga a admiração desse aristocrata castelhano pela poesia do português Miguel da Silveira⁸². Recorde-se que – como já atrás referimos – o médico e cosmógrafo português (licenciado como vimos por Salamanca), era uma figura de referência nos meios espanhóis de Nápoles, mesmo que pesasse sobre a sua atividade uma aura de “cripto-judeu”.

Ele tinha aí sido apreciado primeiramente, como observou Santiago Martínez Hernández, por D. Pedro Fernández de Castro, Conde de Lemos⁸³ (que como vimos acompanhara desde Madrid quando da sua nomeação para o cargo de Vice-Rei de Nápoles). Foi já nessa cidade mediterrânica, com efeito, que Miguel da Silveira veio a *alinhar* poeticamente – ao tempo daquele Vice-Rei, desde pelo menos cerca de 1614 ainda antes de Pedro Fernandez de Castro, VII Conde

82 A propósito de D. Miguel da Silveira, cf., entre vasta bibliografia portuguesa hoje disponível: Barbosa Machado, “Miguel da Silveira”, in *BL*, III (1752), p. 486; Viterbo, Sousa – Poesias avulsas do Dr. Miguel da Silveira. *O Instituto*. 43 (1906), pp. 378-382, pp. 441-448 e pp. 494-503; Glaser, Edward – Miguel da Silveira’s El Macabeo. *Bulletin des Études Portugaises*. 21 (1958), pp. 5-49; Nelson Nóvoa, J. – Poesía y Biblia en el exilio marrano del siglo XVII: los casos de Miguel de Silveira y Jacob Uziel. *Via Spiritus : revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Porto : Universidade do Porto. 12 (2005), pp. 41-68. Veja-se ainda a bibliografia apresentada por Santiago Martínez Hernández como mais significativa: Díaz Esteban, F. – La poesía épica de Miguel de Silveira. In F. Díaz Esteban (ed.) – *Los judaizantes en Europa y la literatura castellana del siglo de oro*. Madrid : Letrúmero, 1994, pp. 105-106; Vázquez Cuesta, P. – La lengua y la cultura portuguesas. In R. Menéndez Pidal (dir.) – *Historia de la Cultura Española*, vol. II, *El Siglo del Quijote, 1580-1680*, Las Letras, las Artes. Madrid : Espasa, 1996, pp. 642-644; ou, ainda, B. di Bitonto – *Miguel da Silveira : un autore barocco alla corte vicereale*. Nápoles : Universidad l’Orientale, 2005.

83 Anos mais tarde, um descendente deste aristocrata, D. Pedro Antonio Fernández de Castro (1634 - 1667), X Conde de Lemos e VII Marquês de Sarria, XXVII virá a ser nomeado para as altas funções de Vice-Rei do Peru entre 1667 e 1672, durante o reinado de Carlos II de Espanha (que se iniciou em 1665). E nessas funções ele virá a privar no Perú com D. Constantino de Vasconcelos, embora na fase final da vida deste português, falecido em 1668.

de Lemos, terminar aí as suas já referidas funções governativas num plano político – a parte substancial do seu porventura mais destacado poema, *Macabeo*⁸⁴.

Não abundam, porém, os elementos acerca deste período da vida de Silveira. Será que em 1616 – quando terminaram em Nápoles as funções governativas de D. Pedro Fernandez de Castro, VII Conde de Lemos – ele o tinha acompanhado no regresso à Corte, em Madrid⁸⁵? Tudo parece indicar que sim.

Um triângulo constituído pelo aristocrata espanhol D. Fernando de Vera y Mendoza, pelo português Miguel da Silveira e (eventualmente) o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos

Baseamos esta nossa premissa interpretativa no facto de que – quando anos depois, no período de 1637, D. Felipe Torres de Guzmán, veio a ser nomeado para as mesmas funções que o VII Conde de Lemos havia ocupado em Nápoles duas décadas antes – este português terá saído novamente de Madrid em sua companhia. Quem o afirma é Carmen Delgado Moral quando, na sua dissertação *El Panegírico por la poesia de Fernando de Vera y Mendoza* (Córdoba, 2013, p. 343), refere que Miguel da Silveira

84 Este poema *Macabeo* foi dedicado pelo autor português a D. Inés Caraffa, Duquesa de Medina de las Torres, esposa do Vice-Rei D. Ramiro Núñez de Guzmán. De referir, por outro lado, que o poema *Macabeo* foi reimpresso em Madrid, por F. Martínez Abad, em 1731. Já no presente século esta obra veio a ser objeto das investigações e de edição por Moshe Lazar (Lancaster: Labyrinthos, 2006). Por seu lado, num plano mais abrangente das poesias de Silveira, elas vieram ainda a ser objeto de publicação em Coimbra, em 1906.

85 Continua a ser uma incógnita, de igual modo, se nessas segunda ou terceira décadas do período seiscentista (aceitando-se que Silveira tenha regressado a Madrid), se tenha deslocado alguma vez a Celorico da Beira para reestrear os contactos com os familiares que aí havia deixado. A mesma incógnita se levanta quanto a Constantino [Leitão] de Vasconcelos, pois não detetámos até agora elementos que permitam ajuizar se – durante o seu *período madrileno* – ele alguma vez voltou à região bracarense para visitar a família que aí havia deixado.

acompanhou [de Madrid] a Nápoles o seu protetor, o Duque de Medina de las Torres, Ramiro Felipe de Guzmán.⁸⁶

Um regresso temporário do médico e cosmógrafo Miguel da Silveira à Corte em Madrid e ao convívio com Costantino, seu compatriota

É precisamente neste período que se poderiam voltar, hipoteticamente, a cruzar em Madrid – ou, então, de facto e pela primeira vez, mesmo que à distância – os destinos dos dois portugueses, Constantino [Leitão] de Vasconcelos e Miguel da Silveira.

Tudo parece apontar que (de novo em Madrid presumivelmente depois de 1616) Miguel da Silveira poderá ter tido aí contactos com o seu compatriota, Constantino [Leitão] de Vasconcelos e, ainda, com a plêiade de poetas castelhanos de grande gabarito que frequentavam a Corte filipina.

Foi neste eventual seu novo período madrileno que o cientista celoriense terá passado – ou autorizado uma leitura ocasional – uma arte do seu poema *Macabeo*⁸⁷ ao aristocrata Fernando de Vera y Mendoza, do clã dos Vera e dos Zuñiga, de quem o bracarense Constantino se havia, entretanto, aproximado nos anos prévios. Voltamos a recordar que só mais de uma dezena de anos depois, em 1629, o bracarense embarcaria, precisamente na companhia do Bispo D. Hernando de Vera y Zúñiga, familiar daquele, para este tomar posse do Bispado peruano de Cuzco.

O testemunho sobre essa *leitura ocasional* do poema *Macabeo*, por parte do aristocrata-escritor, D. Fernando de Vera y Mendoza, encontra-se aliás documentada por Carmen Delgado Moral, nestes termos:

86 Carmen Delgado Moral, *op. cit.* (2013), p. 343.

87 Este poema – reeditado em 1738 e com tradução para a língua italiana em 1810 – tratava de um tema que havia sido tratado pelo celebrado Tasso. Falamos da restauração do Templo de Jerusalém por Judas Macabeu. Ele lograva assim, tal como Tasso e, também, Luís de Camões (como já acentuaram E. Glaser e Jacinto do Prado Coelho), desenvolver argumentos poéticos em torno de um tema veterotestamentário.

[D. Fernando de] *Vera conhecia, portanto, essa obra [Macabeo], pelo menos doze anos antes da sua publicação.*⁸⁸

Esta interpretação permite concluir, portanto, de uma forma insofismável, que essa *leitura ocasional* do dito poema de feitura em grande parte napolitana – do *todo* ou de *parte* de tais versos heroicos – já remontava ao ano de 1624.

Uma outra questão que se prende diretamente com esta é a de nesse mesmo ano – e torna-se necessário voltar a referi-lo – Constantino [Leitão] de Vasconcelos ainda se encontrava a viver em Madrid, antes de embarcar para o Perú. Desse modo, continuando então o bracarense em contacto regular com este intelectual e aristocrata espanhol D. Fernando de Vera y Mendoza, algo permite (não concluir, mas, pelo menos, *vaticinar*) que também o bracarense pudesse ter tido um acesso (mesmo que indireto) a esse conjunto de versos heroicos do *Macabeo* antes da sua conclusão redatorial e, daí, antes da sua edição tipográfica na cidade transalpina.

Entretanto, algumas décadas sucederam na vida política de Nápoles. E seria apenas em 1637-38 – no tempo em que veio a ser empossado o novo Vice-Rei desse território, D. Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres⁸⁹ – que veio a ser publicado tal poema do celoricense em letra de forma.

⁸⁸ Carmen Delgado Moral, *ibidem*, loc. cit.

⁸⁹ Foi no governo de Filipe IV de Espanha (e III de Portugal), mais precisamente entre 1637 e 1644, que tiveram lugar as funções de Vice-Rei de Nápoles, D. Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres. Tratava-se do genro de D. Gaspar de Guzman, Conde-Duque de Olivares. Ele era, para além de detentor daquele Ducado, detentor de títulos como Senhor da casa de Guzman, Príncipe de Stigliano, Duque de Sabbioneta, Senhor do Valle de Curuenyo, ou Senhor do Conselho de Cilleros.



Gravura-retrato de Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres (da Coleção Alejandro Pidal), associado à edição de *Macabeo*, do médico e cosmógrafo Miguel da Silveira.



À esquerda, retrato do poeta português de Celorico, Miguel da Silveira, numa gravura por Nicolas Perrey, publicada na abertura da sua 1.ª edição; à direita, frontispício do poema *Macabeo* (Nápoles : oficina de Egidio Longo, 1638). BGUC.

Nessa cidade, com efeito, Miguel da Silveira veio a granjear, como já referimos, de uma significativa popularidade editorial para a época⁹⁰. Tendo-se confrontado ainda com alguns problemas inquisitoriais⁹¹, ele veio a falecer uns bons anos mais tarde, cerca de 1640⁹² (há mesmo quem refira o seu desaparecimento como ocorrido apenas em 1644).

Epílogo

Neste sentido pode desde já aceitar-se que Constantino [Leitão] de Vasconcelos foi, até hoje, em Portugal, um intelectual ativo só que desconhecido dos especialistas deste período. É possível que esse desconhecimento das suas atividades – tanto na Península Ibérica como (e sobretudo) no Perú – tenha ficado associado ao estigma de ele ter estado *alinhado*, de algum modo também em *pactuação*, com a Coroa dual Filipina, inclusive no final da sua vida em que chegou mesmo a ser acusado acintosamente desse facto.

Só que a sua ação seiscentista, quer em Portugal quer em Castela, até ao período do seu embarque para o Perú em 1629 – cumprindo-se de uma forma ainda mais categórica a sua vocação para a *desterritorialização* deleuziana (tal como sucedeu também com Miguel da Silveira) – não pode ser perspetivada senão numa articulação com

90 Para além da sua referida obra *El Macabeo: poema heroico* (1638), importa referenciar como dos seus mais significativos trabalhos, *El sol vencido: poema heroico*, Nápoles, Egidio Longo, 1639; *Partenope ovante: poema*, Nápoles, Egidio Longo. Seguimos, aqui, o estudo de Santiago Martínez Hernández, constante do Dicionário de personalidades da la Real Academia de la Historia de Madrid.

91 Além da sua apreciada obra *Macabeo*, publicou ainda, no mesmo território, obras como *El sol vencido* (1639) e *Vida de Elio Seyano* (1639). Ele era um dos poetas mais apreciados do seu tempo naquelas paragens transalpinas e dele faz eco Tamayo de Vargas na sua *Junta de libros*. A sua origem judaica, deve esclarecer-se ainda, acabaria por lhe trazer, como já referimos atrás, gravosos poemas com inquisidores locais.

92 Alguns autores, inclusive portugueses, como Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal: dicionário histórico*, tomo VI, Lisboa, 1912, p. 536) estabeleceram, à época, que a morte deste autor e cientista celoricense havia ocorrido em 1636. Manuel Ramos de Oliveira referiu, de igual modo, que o seu desaparecimento, naquela cidade transalpina, ocorreu também nesse ano. Por sua vez Carmen Delgado Moral sustenta, in *op. cit.*, p. 343, que o falecimento deste português dever ter ocorrido em 1639 (portanto já depois da edição da sua obra em Nápoles).

os poderosos clãs aristocráticos. No seu caso específico, com os clãs dos Vera e Zúñiga, tanto em Espanha como (futuramente) no Perú.

O levantamento dos dados documentais referentes à sua vida e obra não dispensa hoje, a nosso ver, uma associação não só a outros intelectuais portugueses – como por exemplo Miguel da Silveira – que puseram o seu saber ao serviço da Coroa dual filipina e de alguns dos seus mais poderosos (e esclarecidos) agentes políticos e culturais espanhóis da época.

Conclusões e questionamentos

Desde a sua formação de base, na região bracarense, Constantino [Leitão] de Vasconcelos teve, de facto, no período seiscentista madrileno pré-1629, apesar do silêncio total a que tem sido votado, um papel intelectual relevante. Para além de alguns estudos monográficos tocando parcelarmente diversos focos da sua atividade, o que continua a faltar é um trabalho abrangente em torno da sua vida e obra. No que concerne aos seus trabalhos artísticos peruanos subsequentes, alguns trabalhos de investigadores como Humberto Leonardo Rodrigues-Camilloni⁹³ (da Universidade norte-americana de Yale) procuram já, de algum modo, colmatar muitas dessas brechas.

Impõe-se hoje, para um seu mais profundo conhecimento, proceder a alguns questionamentos que aqui se deixam por não se terem ainda encontrado, até hoje, as devidas respostas:

- quais os *clãs aristocráticos*, presumivelmente, no norte de Portugal (dos Leitão?) (dos Vasconcelos?) de onde proveio Constantino, que no período seiscentista se destacou em Madrid e no Perú;

93 Rodrigues-Camilloni, Humberto Leonardo - *Religious Architecture in Lima of the Seventeenth and Eighteenth centuries: the monastic complex of San Francisco el Grande and its restoration*. Versão em língua espanhola. Yale University : ProQuest Dissertations Publishing, 1981.

- quais os meios universitários onde porventura decorreu a sua formação, em particular no seio das Artes e da Arquitetura em particular; e, finalmente,
- que tipo de *elo relacional*, de feição literária e científica, se torna hoje possível constatar para ser renovado o conhecimento em torno deste bracarense – *desterritorializado* para terras peruanas de onde não regressou – ainda (e apesar de tudo) quase desconhecido em meios universitários portugueses e que os biógrafos dos reis Filipes também teimam em desconhecer.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERNAZ, Pedro Teixeira - *Topographia de la Villa de Madrid* [material cartográfico] (Madrid, 1656). Ed. facsim. Madrid : Instituto Geográfico, 1881.
- ANGULO ÍÑIGUEZ, Diego - *Historia del arte hispanoamericano*. Barcelona : Salvat Editores, 1950. vol. II.
- CRESPO RODRÍGUEZ, María Dolores - Constantino de Vasconcelos. In *Diccionario biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid. Disponível em linha: <https://dbe.rah.es/biografias/33806/constantino-de-vasconcelos>
- DELGADO MORAL, Carmen - *El Panegirico por la poesia por Fernando de Vera y Mendoza en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidad de Córdoba, 2013. Tese de doutoramento (texto policopiado).
- Disponível em linha: <http://hdl.handle.net/10396/10879>
- ENCISO ALONSO-MUÑUMER, María - Pedro Fernández de Castro. In *Diccionario biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid.
- Também disponível em linha: <https://dbe.rah.es/biografias/9379/pedro-fernandez-de-castro>
- FERNÁNDEZ-DAZA, Carmen - Juan Antonio de Vera y Zúñiga. In *Diccionario biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid.
- FERNÁNDEZ-DAZA, Carmen - *Juan Antonio de Vera, I Conde de la Roca (1583-1658)*. Badajoz : Diputación Provincial, 1994.
- GENETTE, Gérard - *Figures, III*. Paris : Éditions du Seuil, 1972.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago - En la Corte la ignorancia vive [...] y [...] son poetas todos. Mecenazgo, bibliofilia y comunicación literaria en la cultura aristocrática de corte. *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 35 (2010), pp. 35-57.

- MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana* (sigla: BL). Lisboa, 1741-1759.
- MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Porto : [Ed. do Autor], 1981.
- , *Braga medieval*. Braga :[s.n.], 1983 (Braga : Of. Gráf. da Livr. Cruz).
- MATOS, Manuel Cadafaz de - Cartografia Mercatoriana... [em duas partes]. *Revista Portuguesa de História do Livro*. Lisboa : CEHLE. Vol. 29-30 (2012), pp. 367-410. Posteriormente saiu em *Obras Completas* do autor. Lisboa : CEHLE, 2016. Vol. VIII, p. 849.
- MONTEBELO, 1º Marquês de (Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos) - *Vida de Manuel Machado de Azevedo, Señor de las Casas de Castro, Vasconcelos y Barroso*. Madrid : oficina de Pedro Garcia de Paredes, 1660.
- NOUA BRACARAE avgvste descriptio Madrid [material cartográfico]. [Colonia] : [Braun ; Hogenberg], [c. 1598]. Original quinhentista das coleções do CEHLE, Lisboa.
- OLIVEIRA, António de - *Dom Filipe III*. Lisboa : Temas & Debates, 2005.
- OLIVEIRA, Manuel Ramos de - *Celorico da Beira e o seu concelho, através da história e da tradição*. 2ª. ed. Celorico da Beira : Câmara Municipal, 1997.
- RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo - *Religious Architecture in Lima of the Seventeenth and Eighteenth centuries: the monastic complex of San Francisco el Grande and its restoration*. Versão em língua espanhola. Yale University : ProQuest Dissertations Publishing, 1981.
- SABUCO, Miguel - *Nueva filosofia de la naturaleza del hombre* (Madrid, 1586). Nova edição. Braga : Frutuoso Loure[n]ço de Basto, 1622.
- SILVEIRA, Miguel de - *El Macabeo : poema heroico*. Nápoles : Egidio Longo, 1638.
- VEIGA, Tomé Pinheiro da - *Fastigina o fastos extraordinarios sacados de la tumba de Merlin, donde fueron hallados junto a la Demanda del Santo Grial por el arzobispo D. Turpín, descubiertos y sacados a la luz por el famoso lusitano fray Pantaleón, que los encontró en un monasterio de novatos... a costa de Jaimes del Temps Perdut, comprador de libros de caballerías* (1605, com ampliações textuais em 1607 e em 1620). Porto : Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1911.
- VERA Y FIGUEROA, Juan Antonio de - *Vida de la gloriosa Santa Isabel, Reyna de Portugal*. Roma : Iacomo Mascardi, 1625.

(Página deixada propositadamente em branco)